

A correspondência oficial da Legação de Portugal em Londres — 1900-14

INTRODUÇÃO

A consulta dos livros de copiadores da Legação em Londres foi feita para o período de 1 de Janeiro de 1900 a 31 de Julho de 1914, período em que se registou não apenas a alteração de regime no nosso país, com as consequentes modificações estruturais, mas também sucessivas mudanças conjunturais, que só agora vão sendo estudadas e nos permitem uma visão, ainda esfumada pelas lacunas a preencher, da formação do Portugal contemporâneo.

O período estudado foi dividido em três tempos:

De 1 de Janeiro de 1900 a 5 de Outubro de 1910;

De 5 de Outubro de 1910 a 8 de Abril de 1911;

De 8 de Abril de 1911 a 31 de Julho de 1914.

No seu conjunto, a correspondência em causa foi dirigida a 21 ministros dos Negócios Estrangeiros (quadro n.º 1).

A correspondência dos dois primeiros períodos será tratada sobretudo de forma estatística, com algumas alusões ao seu conteúdo sempre que se mostre adequado. O terceiro período, porque respeita a uma correspondência incomparavelmente mais rica, será abordado através de uma tentativa de análise qualitativa, que, apesar da nossa boa vontade, o limite de tempo não deixou transparcer em todo o seu significado.

Na verdade, o tratamento que os interesses de Portugal merecem nos anos da Monarquia bem se diferenciam do tratamento que merecerão quando, vinda a República, Manuel Teixeira Gomes transportar para Londres a organização e a sistematização que imprimira aos seus negócios comerciais! Em vez da pausa e da quietude, o ministro da República assedia o Foreign Office, por ofício e por contactos pessoais, dentro das horas de expediente e aos fins-de-semana, para impor o seu produto, aquele que a República pretendia afirmar: Portugal à procura da renovação de uma sociedade reencontrada com o espírito nacional.

Através da correspondência em análise encontra-se, antes como depois, o contacto constante com a Grã-Bretanha, pela necessidade de recorrer à sua capacidade de regulamentar os mais diversos aspectos da vida governativa. Mas como se verifica serem diferentes os métodos! — protocolo e pavanais para uma realza moribunda, em contraste com a irreverência de uma República jovem e, como tal, condicionada pelo peso da tradição, pelo peso da oposição dos que se tinham habituado às águas paradas de uma vida política inerte e antievolucionista. Pelo peso, ainda, de uma Espanha monárquica, onde nunca se tinham esfumado completamente as ilusões de uma União Ibérica, pelo peso de uma

* Licenciado em História.

** Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

N. B. — Por conveniência de ordem técnica, neste trabalho as notas vão todas no final do texto.

**Ministros e secretários de Estado a quem foi dirigida a correspondência
da Legação de Londres de 1 de Janeiro de 1900 a 31 de Julho de 1914**

[QUADRO N.º 1]

	Desde	Ministro dos Negócios Estrangeiros	Presidente do Ministério
D. Carlos	1 de Janeiro de 1900	Francisco A. Veiga Beirão	Luciano de Castro
	26 de Junho de 1900	João Marcelino Arroio	Hintze Ribeiro
	1 de Junho de 1901	Fernando Matoso Santos	Hintze Ribeiro
	28 de Fevereiro de 1903	Venceslau S. Pereira Lima	Hintze Ribeiro
	20 de Outubro de 1904	António Eduardo Vilaça	Luciano de Castro
	20 de Março de 1906	Venceslau S. Pereira Lima	Hintze Ribeiro
	19 de Maio de 1906	Luís C. Coelho de Magalhães	João Franco
	2 de Maio de 1907	Luciano A. Silva Monteiro	João Franco
D. Manuel II	4 de Fevereiro de 1908	Venceslau S. Pereira Lima	Ferreira do Amaral
	14 de Abril de 1909	João de Alarcão V. S. Osório	Artur Campos Henriques
	14 de Maio de 1909	Carlos Roma do Bocage	Sebastião Sousa Teles
	22 de Dezembro de 1909	António Eduardo Vilaça	Venceslau S. P. de Lima
	26 de Junho de 1910	José Azevedo Castelo Branco	Teixeira de Sousa
República	5 de Outubro de 1910	Bernardino L. Machado Guimarães	Teófilo Braga
	3 de Setembro de 1911	João P. Chagas	João P. Chagas
	12 de Outubro de 1911	Augusto C. A. Vasconcelos Correia	João P. Chagas
	12 de Novembro de 1911	Augusto C. A. Vasconcelos Correia	Augusto C. A. Vasconcelos
	16 de Junho de 1912	Augusto C. A. Vasconcelos Correia	Duarte Leite P. Silva
	9 de Janeiro de 1913	António C. Macieira Júnior	Afonso Costa
	9 de Fevereiro de 1914	Bernardino L. Machado Guimarães	Bernardino Machado
	24 de Maio de 1914	Alfredo A. Freire de Andrade	Bernardino Machado

força clerical que se estabelecera do fundo dos séculos da Nacionalidade, pelo peso angustiante da falta de quadros verdadeiramente republicanos, e, como tal, obrigada a receber o contributo de todos os trânsfugas que vão aderir à República como forma de se manterem arrumados na mesa do orçamento do Estado.

Durante o período monárquico e durante o período de transição, entre o fim da presença de Soveral e a chegada de Teixeira Gomes, a Legação limita-se à transferência para Lisboa de recortes de jornais e de informações. Será necessária a chegada de um estilista requintado, eivado de boémia artística e literária, para que os negócios de Portugal ganhem uma acutilância e um empenho que parecem, até, contrastar com o apaixonado do Algarve e do espaço mediterrânico, o calcorreador de museus, o cultivador das belas-lettras, mas que, no seu posto em Londres, defende os nossos interesses, comenta os acontecimentos nacionais e internacionais, tendo na ponta da sua mira o lançamento de Portugal numa Europa e num mundo contemporâneos, onde as pequenas nações se iam tornando cada vez mais pequenas perante os apetites e o desdém das potências imperialistas.

Não há que duvidar da continuidade de problemas que se põem ao Portugal de então. Quer nos tempos dos últimos Braganças, quer nos anos difíceis e cruciais da República, a formação de Portugal contemporâneo continua presa à presença em África, enquanto a nossa política externa funciona, como que num círculo vicioso, presa por correntes ao leão britânico. No entanto, existe uma certa diferença: a uma situação monárquica paralisante responde uma acção republicana que procura fazer ouvir a sua voz. A debilidade de um regime caduco e monocórdico sucede uma acção que tenta dialogar, que tenta assentar praça no concerto das nações. E tenta fazer-se ouvir, não se limitando a seguir o

manto protector da Coroa Inglesa, que se estendia por todos os continentes e levava as suas armadas de guerra, para proteger os seus interesses comerciais e industriais, a todas as embocaduras que permitissem a instalação do guinéu, soberano da City e do mundo de então.

Entre um Luís de Soveral, caricaturado como *blue monkey* pelos jornais de então, e um Manuel Teixeira Gomes, caricaturado pelos seus gostos refinadamente aristocráticos pelos jornais republicanos, há realmente a diferença que a documentação analisada salienta. O primeiro ao serviço da Coroa e das amizades pessoais dos soberanos dos dois países, o último ao serviço de uma ideia incompreendida quer na Europa, quer em Portugal. E talvez seja necessário não esquecer os meses de tesoura e cola que mediaram entre os dois diplomatas, bem como o que de comum havia entre ambos: ambos contestados pela classe política reinante, quer antes, quer depois do 5 de Outubro.

I. CORRESPONDÊNCIA EMITIDA ENTRE 1 DE JANEIRO DE 1900 E 5 DE OUTUBRO DE 1910

No período de 1 de Janeiro de 1900 a 5 de Outubro de 1910, a correspondência da Legação de Londres atingiu um total de 893 ofícios (quadro n.º 2, gráfico I e quadro n.º 3) e foi assinada pelos seguintes funcionários: Luís Maria Pinto de Soveral, depois marquês de Soveral¹, Alfredo Alcino de Castro², Jerónimo Pinheiro de Almeida da Câmara Manuel³, Mário Perestrelo da França Nascimento⁴ e Eduardo Moreira Marques⁵.

Dentro deste período, a Legação teve sempre à sua frente, como «enviado plenipotenciário e ministro extraordinário», Luís Maria Pinto de Soveral, que, no entanto, verifica-se, se ausentava com relativa frequência do seu posto, onde era substituído por encarregados de negócios interinos, registando-se que essa função foi, a partir de 1904, fundamentalmente ocupada por Jerónimo da Câmara Manuel.

A correspondência registada nos copiadores consultados é, em geral, traçada em curtas linhas e foca os mais diversos assuntos (quadro n.º 3); em apoio dessa correspondência, enviavam-se recortes de jornais, que surgem rotulados com esse nome ou como *cuttings*, à inglesa, ou *coupures*, à francesa.

A análise do mapa em questão permite verificar que a maior percentagem de ofícios emitida, cerca de 30 %, se relaciona com África. Problemas relacionados com a afirmação colonial portuguesa, afirmação essa extremamente enredada na íntima ligação entre o nosso país e a Grã-Bretanha. São constantes as referências «acerca da escravatura no interior da província de Angola e do trabalho indígena nas plantações de cacau nas ilhas de S. Tomé e Príncipe»⁶. Esta acção, nitidamente provocatória e carregada de segundos interesses, do «chocolateiro» William A. Cadbury era difundida através do *Daily Chronicle*, jornal de sua propriedade. É inegável, no entanto, que só a República publicará legislação melhor aceite pela sociedade inglesa, acirrada dinamicamente pelos seus interesses comerciais e industriais, que utilizam o pendão do antiesclavagismo encapotando os seus reais interesses. Mais prementes, porque mais imediatos e mais condicionantes do futuro colonial de Portugal em África, são os ofícios em que se referem os boatos sobre a ocupação de Ganguela⁷, a emigração bóer⁸ para Angola, que preocupa as autoridades, quer portuguesas, quer inglesas, pois, tendo as Repúblicas de Orange e do Transval sido anexadas pela Grã-Bretanha, qualquer fuga da força de trabalho seria prejudicial aos seus interesses na zona, enquanto a entrada de bóeres armados em território angolano também provocaria problemas numa época em que Cuanhamas e Cuamatas não aceitavam a pacificação portuguesa.

A demarcação das fronteiras do Barotze⁹, com o recurso à arbitragem¹⁰ do rei de Itália, ocupa na correspondência da Legação 34 ofícios, que se estendem de

Totais de officios assinados pelos diversos funcionários da Legação – período de 1900-10

[QUADRO N.º 2]

Anos	Páginas (liv. I)	Marquês de Soveral		Alfredo de Castro		J. da Câmara Manuel		Mário Nascimento		Moreira Marques		Totais	
		Officios	Dias	Officios	Dias	Officios	Dias	Officios	Dias	Officios	Dias		
1900	3 a 22	30	249	51	117	—	—	—	—	—	—	81	366
1901	23 a 38	24	247	—	—	35	118	—	—	—	—	59	365
1902	40 a 57	42	271	—	—	23	94	—	—	—	—	65	365
1903	58 a 78	42	261	—	—	27	73	10	31	—	—	79	365
1904	80 a 122	26	192	—	—	78	160	—	—	13	14	117	366
1905	124 a 149	21	155	—	—	68	210	—	—	—	—	89	365
1906	150 a 165	21	226	—	—	31	139	—	—	—	—	52	365
1907	166 a 197	37	179	—	—	65	186	—	—	—	—	102	365
1908	207 a 236	51	243	—	—	33	123	—	—	—	—	84	366
1909	237 a 275	38	254	—	—	67	111	—	—	—	—	105	365
1910	276 a 298	31	158	—	—	29	119	—	—	—	—	60	277
Totais		363	2 435	51	117	456	1 333	10	31	13	14	893	3 930

**Distribuição da correspondência da Legação de Londres — período
de 1 de Janeiro de 1900 a 5 de Outubro de 1910**

[QUADRO N.º 3]

Títulos	Número de officios
Famílias reais	90
Movimento republicano	10
Questões da política portuguesa	160
Política colonial portuguesa	226
Outras questões coloniais	56
Relações Portugal-Inglaterra	143
Política inglesa	82
Política internacional	29
Diversos	97
Total	893

1902 a 1907, e demonstra como as sequelas do Ultimatum de 1891 ainda não estavam completamente limadas nas regiões fronteiriças de Angola e Moçambique. É inegável que, no entanto, no nosso panorama colonial africano, são candentes os problemas relacionados com Moçambique e o já referido trabalho negro nas ilhas de São Tomé e Príncipe e com as referências contínuas ao possível tráfico de escravos em Angola.

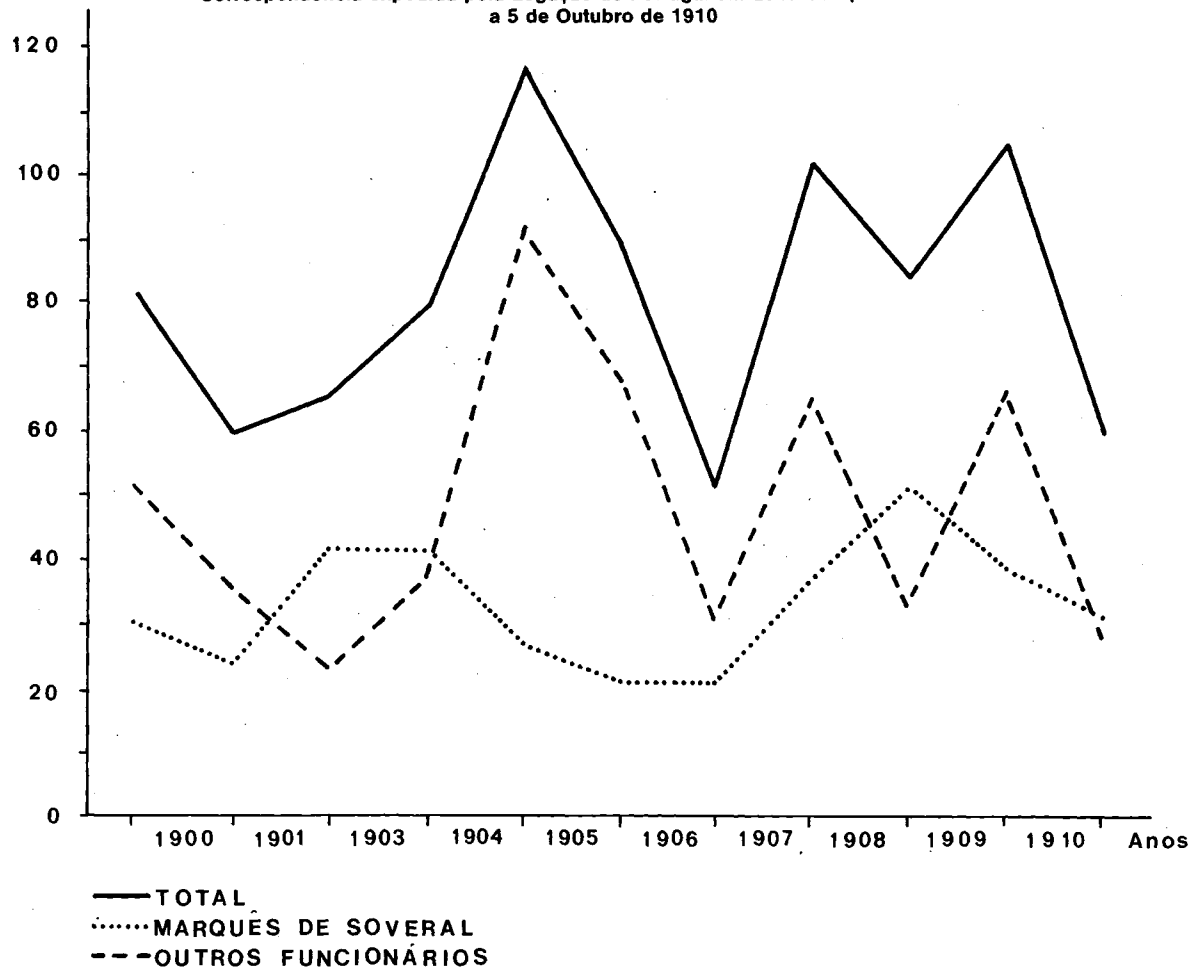
O problema da demarcação de fronteiras arrasta-se ao longo de toda a década monárquica deste século ¹¹. São as negociações para a delimitação das fronteiras entre Moçambique e os territórios da British Central Africa, nos territórios portugueses e britânicos entre os rios Save e Limpopo, ainda as divergências existentes nas descrições da delimitação de fronteiras luso-britânicas do distrito de Tete, ao norte e ao sul do rio Zambeze, e a correspondência trocada para a aprovação definitiva das fronteiras do Barué e nas margens do lago Niassa.

A importância de Moçambique é fundamental para os Britânicos, não só para as ligações com a África do Sul, através do porto de Lourenço Marques, que, durante a Guerra Anglo-Bóer ¹², já merecera referências pelo receio de que o porto da capital moçambicana funcionasse para o contrabando de armas, mas também por serem constantes as referências aos interesses económicos britânicos naquela colónia, dada a situação privilegiada que possuíam com a concessão do Chinde ¹³, com a actividade da Companhia de Moçambique ¹⁴, com a extrema importância que ressalta das ligações ferroviárias entre Lourenço Marques e o *hinterland* sul-africano e até com a procura de outras alternativas portuárias ¹⁵ para a lentidão de serviço e deficiente apetrechamento do porto colonial português ¹⁶.

Ainda dentro do relacionamento Moçambique-África do Sul e Moçambique-Rodésia, são importantes os problemas relacionados com as tarifas ferroviárias ¹⁷, as propostas para a abolição de direitos no porto de Lourenço Marques ¹⁸, as referências à qualidade de trabalho e de resistência do trabalhador negro da África Oriental Portuguesa ¹⁹, a admissão de trabalhadores chins nos territórios sul-africanos ²⁰, a construção de ferrovias entre a Beira e Sena, estas intimamente ligadas à construção de linhas férreas entre Bulawayo e Fort Salisbury ²¹; etc.

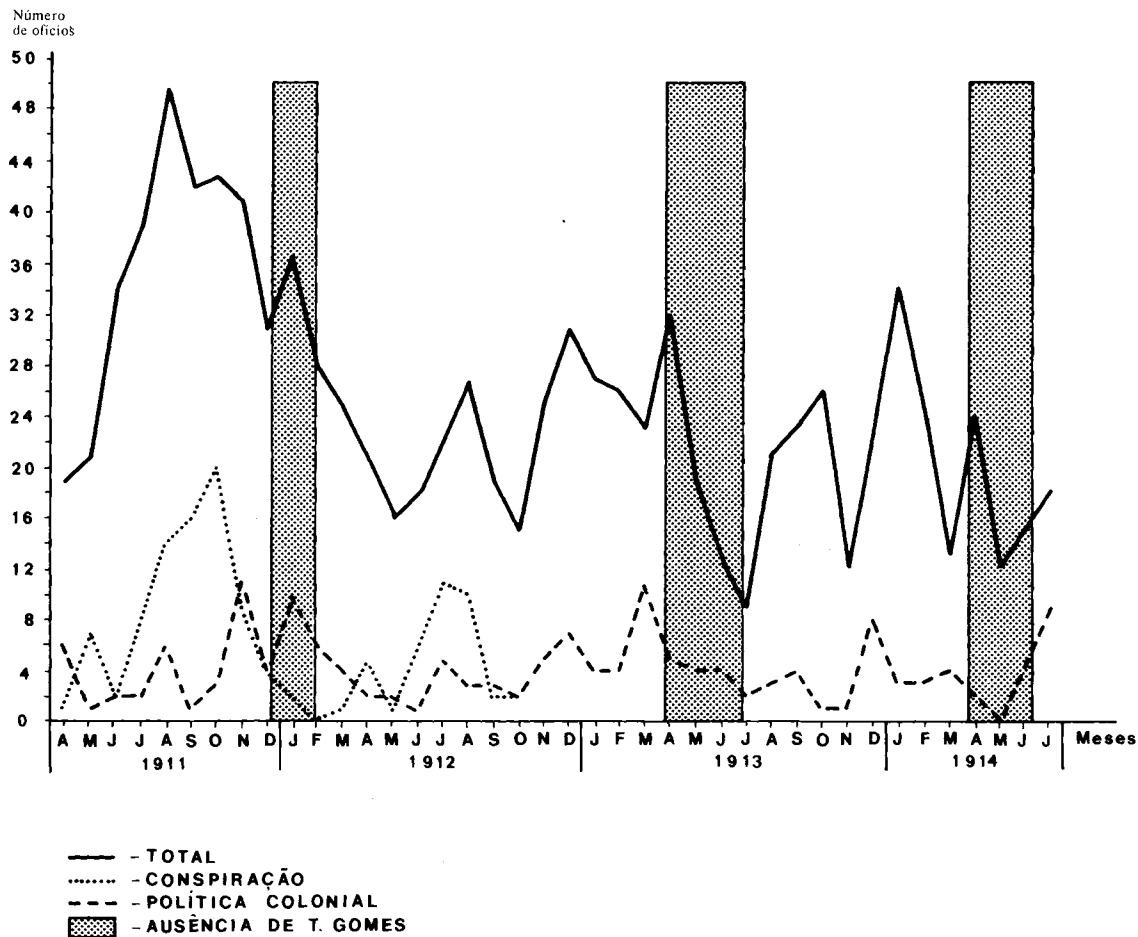
Os officios da Legação Portuguesa em Londres e respeitantes à mão-de-obra negra utilizada na África austral são permanentes. Não apenas os originados pela acção do «chocolateiro» Cadbury, já atrás referido, mas também aqueles que capeavam recortes de jornais onde se referia acção de associações inglesas que procuravam obter a melhoria das condições de vida dos Negros: British and Foreign Anti-Slavery Society e Aborigenes Protection Society. O problema

[GRÁFICO I]

Número
de ofícios**Correspondência expedida pela Legação de Portugal em Londres — período de 1900
a 5 de Outubro de 1910**

[GRÁFICO III]

Correspondência oficial da Legação de Portugal em Londres — Abril de 1911 a Julho de 1914



provocou discussão na Câmara dos Comuns ²² e a publicação de, pelo menos, uma obra que era favorável a Portugal ²³. Toda esta acção tem de ser entendida dentro da expansão dos interesses britânicos no controlo do espaço africano, onde nem falta uma referência à ligação Cabo-Cairo ²⁴ e em que os interesses políticos vão de par com os mais intransigentes apetites comerciais da classe dominante inglesa. O protectorado a exercer sobre a colónia de Moçambique, colónia de um país sem força, sem capitais, sem acção, em que os excedentes demográficos — excedentes pela falta de meios de trabalho no Reino, pela falta de desenvolvimento de obras públicas e de industrialização — se canalizavam automaticamente para as terras brasileiras, tinha, na costa ocidental de África, uma acção diversa: a de tentar limitar o crescimento da produção de matéria-prima em São Tomé e Príncipe, matéria-prima essa que era a base de uma das indústrias em desenvolvimento na Grã-Bretanha: o cacau, suave e reconfortante bebida requintada, e o chocolate, alimento que poderia ser comercializado a baixo preço se a baixo preço a matéria-prima aportasse à ilha. Ora era essa pequena colónia portuguesa, cuja mão-de-obra era transportada de Angola ²⁵, que fazia concorrência ao cacau das possessões britânicas (Tobago, Trindade, Jamaica e Santa Luzia). O problema da expansão colonial do Império Alemão é também focado, uma vez que a necessidade de espaço económico para uma nação em crescimento acelerado, «devastada» e «em crescendo» pela ambição de grandeza daquele que seria o último Hohenzollern reinante ²⁶, entrava em conflito não só com a *pax* e o domínio britânicos em África, mas também com a posse dos territórios coloniais que ainda restavam a Portugal depois de consumada a ablação do espaço do Mapa Cor-de-Rosa.

É possível, ainda, notar na correspondência da Legação em Londres a importância dedicada às políticas interna e externa britânicas, como ainda referências às relações anglo-lusas.

Os acontecimentos da política internacional, com especial realce para o apetite incontrolável e infundo do Governo de Sua Majestade Britânica, encontram eco na correspondência da nossa Legação. Assim:

Tenho a honra de enviar a V. Ex.^a o incluso artigo publicado no jornal *The Pall Mall Gazette* de 28 do mês passado, para o conteúdo do qual tomo a liberdade de chamar a esclarecida atenção de V. Ex.^a

O artigo analisa o artigo VII da recente declaração anglo-francesa relativa a Marrocos e ao Egipto, em que o autor demonstra que foi um erro a exclusão da Espanha das negociações e que, se o reino nosso vizinho nelas tivesse entrado, poderia a Inglaterra ter obtido dele, em troca de concessões que lhe poderiam ser feitas no território marroquino, o direito de opção sobre as Canárias, que hoje para a Espanha, depois da perda de Cuba e das Filipinas, nenhum valor têm e que para a Grã-Bretanha são de incontestável vantagem.

Deus guarde a V. Ex.^a (a) *Jerónimo da Câmara Manuel* ²⁷.

Por outro lado, são constantes as referências a discursos de membros do Governo Britânico ²⁸, avultando as referências aos problemas da China, às sessões da Câmara dos Comuns ²⁹, às alterações ministeriais, a que então a nossa Legação chamava «reconstrução» do Ministério ³⁰, à publicação do Livro Azul do Governo de Londres sobre diversos assuntos ³¹, aos acordos do Governo Britânico com outros governos europeus — especialmente sobre assuntos coloniais ³² —, às eleições no Reino Unido e às campanhas eleitorais ³³, etc. É de destacar o interesse do pessoal da nossa Legação pela política interna inglesa:

Para o conselheiro António Eduardo Vilaça:

Terminaram as eleições. O resultado conhece-o V. Ex.^a pelos repetidos telegramas que tive a honra de dirigir-lhe. O Partido Liberal Unionista foi

cruelmente esmagado e, como se não bastasse essa deflexão numérica, surge de novo, com rapidez inesperada, a política fiscal do Sr. Chamberlain, ameaçando criar nas raras fileiras da oposição uma cisão que será de morte.

Discute-se apaixonadamente nos círculos políticos e na imprensa a chefia do malfadado partido. Continuará o Sr. Balfour? Suceder-lhe-á o Sr. Chamberlain? Eis a questão. Há muito tempo que a política inglesa não dá uma situação tão empolgante. Diz-se também que a candidatura do Sr. Balfour na City será contestada por um liberal ou por um livre-cambista. É difícil prever qual será o resultado de toda esta enorme confusão. A idade do Sr. Chamberlain é um factor muito importante, mas eu continuo a crer que com o tempo se realizará um novo agrupamento dos diferentes partidos. Deus o queira. A maioria já é demasiado grande, o que é sempre um perigo pela resultante falta de coesão, mas agora, se se der a cisão, toda a oposição será praticamente aniquilada e é difícil prever como funcionará o Parlamento.

Deus guarde V. Ex.^a (a) *Marquês de Soveral* ³⁴.

O interesse do nosso enviado extraordinário a Londres pela política inglesa é claramente demonstrativo da influência que o Foreign Office tinha sobre o corpo político português e de como as alterações governamentais em Londres poderiam diferenciar a pressão, maior ou menor, exercida sobre os países que giravam na órbita londrina. As referências aos chefes de outros Estados são mais raras e expressas numa linguagem reverente:

Para Venceslau de Sousa Pereira de Lima:

Cumpre-me a honra de comunicar a V. Ex.^a que a notícia do nascimento do herdeiro da coroa do Império Russo foi recebida aqui com enorme satisfação. A imprensa, comentando-a do modo mais simpático, diz que a popularidade que a czarina Alexandra havia perdido pelo nascimento sucessivo de quatro filhas aumentará em todas as classes da nação. Espera-se também que a influência liberal desta princesa excessivamente instruída, sobrinha do rei Eduardo VII, se fará de novo notar na corte e nos conselhos ao imperador, para o bem e o progresso da Rússia.

Deus guarde a V. Ex.^a (a) *E. Moreira Marques* ³⁵.

É que não é possível esquecer que esse tempo era o tempo dos veraneios em Marienbad ³⁶ e em Karlsbad ³⁷, onde o nosso marquês de Soveral também ia passar as suas férias ³⁸. É a época em que a diplomacia se desenvolvia num ambiente cosmopolita, mas também em que a Grã-Bretanha caçava em todo o espaço africano, procurando evitar que outros também caçassem.

É o tempo em que o marquês de Soveral, amigo íntimo de Carlos de Bragança e de Eduardo VII de Saxe-Coburgo Gota, exercia a sua acção diplomática muito mais através de contactos pessoais do que do ofício escrito. São frequentes as deslocações a Portugal, tal como são frequentes as cartas pessoais do soberano português para o seu primo de Inglaterra ³⁹. Como esta, por exemplo:

Para o conselheiro João Marcelino Arroio:

Acusando a recepção do despacho que V. Ex.^a se dignou dirigir-me sob o n.º 13, de 30 do mês próximo findo, tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que imediatamente fiz chegar ao seu alto destino a carta de Sua Majestade El-Rei que acompanhava o referido despacho.

Deus guarde a V. Ex.^a (a) *Jerónimo da Câmara Manuel* ⁴⁰.

A acção diplomática nas monarquias constitucionais sofria ainda o peso de cabeças coroadas que iniciavam então uma época de festas e de deslocações em visitas oficiais a todos os seus primos espalhados pela Europa. A «multinacional de sangue real» funcionava num esquema de diplomacia paralela e é inegável que Eduardo VII tinha uma posição invejável nesse campo de acção ⁴¹.

Aliás, todas as referências às famílias reais merecem um tratamento especial. Por exemplo:

Ao conselheiro João Marcelino Arroio:

Sendo hoje o aniversário natalício de Suas Majestades El-Rei e a Rainha, nossos Augustos Soberanos, rogo a V. Ex.^a se digne, em meu nome e no dos empregados desta Legação, levar aos pés do Trono a homenagem do nosso mais profundo acatamento e a expressão dos votos que fazemos pela continuação da preciosa saúde de Suas Majestades e Altezas Reais.

Deus guarde a V. Ex.^a (a) *Alfredo de Castro* ⁴².

São as referências aos aniversários dos reis de Portugal, aos boatos sobre o casamento do herdeiro da Coroa portuguesa, o príncipe D. Luís Filipe, com uma princesa britânica ⁴³, as manifestações de pesar pelo falecimento da rainha Vitória e de Eduardo VII ou de um outro membro da família real britânica ⁴⁴, as referências ao atentado de 1 de Fevereiro de 1908, que vitimou o rei D. Carlos e o seu herdeiro ⁴⁵, as homenagens prestadas aos soberanos, os casamentos reais ⁴⁶, a correspondência trocada, através das legações, entre os soberanos de Portugal e de Inglaterra ⁴⁷. Surgem ainda referências ao ramo dos Braganças proscritos ⁴⁸.

Aliás, essa extrema ligação da nossa monarquia constitucional aos quadros dominantes da diplomacia portuguesa é possível de ser detectada através da análise da composição do nosso corpo diplomático em 1900:

Enviados extraordinários e ministros plenipotenciários	28, sendo 16 titulares
Ministros residentes	2, sendo 2 titulares
Primeiros-secretários de legação	14, sendo 4 titulares
Segundos-secretários de legação	12, sendo 3 titulares
Adidos de legação	25, sendo 7 titulares ⁴⁹

Portugal possuía então legações nas seguintes cidades: Berlim, acumulando com Dresden e Coburgo Gota, Londres, Madrid, Paris, Roma-Vaticano, Roma-Quirinal, Rio de Janeiro, Bruxelas, Sampetersburgo, Viena de Austria, Haia e Washington, acumulando com o México.

Por seu lado, estavam acreditadas na corte de Lisboa as seguintes representações diplomáticas: Vaticano, Alemanha, Argentina, Austria, Bélgica, Brasil, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão, México, Noruega, Rússia, Sião e Suécia ⁵⁰.

Essas formas de diplomacia monárquica são até palpáveis na correspondência da Legação que respeita ao movimento do pessoal do quadro em Londres. Vejamos um exemplo:

Ao conselheiro Fernando Matoso Santos:

Tenho a honra de levar ao superior conhecimento de V. Ex.^a que o Sr. Marquês de Soveral partiu hoje para Lisboa, tendo-me previamente acreditado na qualidade de encarregado de Negócios. Mais uma vez cumpre-me solicitar a benevolência de V. Ex.^a para o desempenho das minhas novas funções, assegurando a V. Ex.^a que empregarei todos os meus esforços no cumprimento das ordens que V. Ex.^a se dignar dar-me.

Deus guarde a V. Ex.^a (a) *J. da Câmara Manuel* ⁵¹.

É a escrita preocupada mais com as medidas expressas pela caneta quando era indispensável encontrar o ritmo palaciano, e assim chegar aos pés do trono e, por aí, à promoção na carreira, do que com expor, numa voz pessoal, os reais problemas dum país, que são aflorados com uma reverência e uma disciplina de submissão perante o país em que estavam acreditados, neste caso a Grã-Bretanha.

Os ofícios da Legação chegam a Lisboa capeando recortes da imprensa inglesa onde a nossa situação interna⁵² era analisada impiedosamente. Mas chegam a Lisboa sem qualquer comentário, sem qualquer informação mais esclarecedora. São antes os assuntos internos da nossa velha aliada que merecem uma atenção e um interesse extremos do pessoal da nossa Legação!⁵³

II. CORRESPONDÊNCIA EMITIDA ENTRE 5 DE OUTUBRO DE 1910 E 8 DE ABRIL DE 1911

No período que medeia entre a queda do último Bragança e a chegada a Londres de Manuel Teixeira Gomes (5 de Outubro de 1910 e 8 de Abril de 1911) esteve encarregado da Legação em Londres Jerónimo da Câmara Manuel.

A correspondência oficial nesses meses merece as seguintes anotações:

De 5/10 a 31/12/1910—68 ofícios, numerados de 61 a 128, sendo que 38 desses ofícios enviavam recortes de jornais. Os ofícios nem sempre indicam os nomes dos jornais e, por vezes, com cada ofício eram enviados diversos recortes de outros tantos periódicos (ex.: ofícios n.ºs 63, 67, 68, 83, etc.). Durante estes meses de 1910 verifica-se que os jornais de que se refere o envio de recortes a Lisboa são, em primeiro lugar, *The Times*, logo seguido do *The Standard* e, a uma certa distância, no aspecto quantitativo, do *The Morning Post*.

Há que ter em atenção que a correspondência oficial da Legação de Londres se pode caracterizar, nestes meses, pelo envio sistemático de recortes dos jornais britânicos, sendo que, na maior parte das vezes, não há quaisquer comentários aos assuntos que motivam o ofício e, por vezes, nem uma referência ao assunto constante do recorte de jornal que se envia a Lisboa. No entanto, os assuntos mais focados nesse final de ano de 1910 são, sem qualquer sombra de dúvida, os respeitantes à:

Situação política e perturbação da ordem pública em Portugal: 10 ofícios;
Questão dos serviços em São Tomé e Príncipe e em Angola: 10 ofícios.

De 1/1 a 6/4/1911—121 ofícios, numerados de 1 a 121, sendo 104 a capear recortes de jornais. Como se registou para o período acima citado, em diversos ofícios não se indicam os nomes dos periódicos recortados (ex.: ofícios n.ºs 13, 23, 24, 27, 28, 35, 36, 43, 82, etc.) e, por vezes, um ofício capeava diversos recortes da imprensa britânica (ex.: ofícios n.ºs 4, 8, 11, 29, 59, 67, 75, 80, 89, etc.).

Pela análise destes ofícios verifica-se que Jerónimo da Câmara Manuel prestou especial atenção às notícias publicadas e respeitantes a:

Situação política e perturbação da ordem pública em Portugal: 44 ofícios;
Greves em Portugal: 11 ofícios;
Questão dos serviços em São Tomé e Príncipe e em Angola: 6 ofícios;
Família proscrita e os miguelistas: 6 e 3 ofícios, respectivamente.

A Legação parece que então funcionou, principalmente, como uma oficina de recorte de jornais, que furiosamente enviou a Lisboa tudo quanto encontrou,

como que querendo documentar, pelo volume de ofícios emitidos, a atenção pela imprensa britânica, que se considerava um dos mais importantes meios de pressão sobre a opinião pública ⁵⁴.

III. CORRESPONDÊNCIA EMITIDA ENTRE 8 DE ABRIL DE 1911 E 31 DE JULHO DE 1914 — PERÍODO TEIXEIRA GOMES

1. É nosso objectivo procurarmos, no meio da infindável lista de razões que precipitaram o penoso caminho da experiência republicana, um escolho que se associou a elas, feito de pequenos nadas escondidos na correspondência oficial de Teixeira Gomes, ao longo dos anos de 1911 a 1914 ⁵⁵.

As monarquias europeias, e em especial a inglesa, se suportavam mal a sua congénere portuguesa, não aceitaram de bom grado a solução republicana.

A oposição ao novo regime procurou organizar-se onde o terreno lhe era mais propício e o contra-ataque pudesse ser planeado, organizado e executado. Ficaram então em Espanha os executantes e refugiaram-se em Inglaterra os marechais. A conspiração começou de imediato e manifestou-se em Inglaterra de três formas: acolhimento da família real e facilidades concedidas à movimentação dos seus apoiantes; campanhas sucessivas de imprensa sobre aspectos globais ou factos ocasionais ocorridos em Portugal, por forma a levar a opinião pública a manifestar-se contra o novo regime; atitudes do Governo Inglês, adiando o reconhecimento da República, por forma a manter as mãos livres, exigidas pelos apoios a uma viragem da situação.

A análise da correspondência de Teixeira Gomes faz ressaltar as questões fulcrais que se colocaram à República no âmbito das suas relações externas. O plano que Teixeira Gomes acaba por delinear para a sua acção diplomática centra-se em torno de meia dúzia de problemas vitais, quase todos inter-relacionados.

Não parece, assim, de surpreender que a primeira grave questão que se coloca à Legação Portuguesa em Londres seja efectivamente a de conseguir opor-se aos planos da conspiração que fazia de Inglaterra uma praça-forte. A acção conspirativa desenvolvia-se a vários níveis — junto das altas esferas influentes (família real, aristocracia, almirantado), onde os conspiradores procuravam apoios políticos; junto da imprensa, onde era notória a intenção de manter latente a questão portuguesa, influenciar a opinião pública contra a República e agitar certo tipo de problemas sensíveis ao espírito inglês e baseados em atitudes (com um fundo de verdade ou não) dos novos dirigentes e das novas instituições portuguesas; ainda junto de outros emigrados portugueses, no sentido da sua mobilização para a causa, da recolha de fundos e da preparação de meios militares de intervenção: equipamento de navios e preparação de incursões. Teixeira Gomes procurou guiar-se por um plano razoável e possível, sabendo que o essencial da questão portuguesa não era resolúvel tomando somente em consideração os meandros das relações externas.

A leitura da sua correspondência oficial transmite a impressão de que Teixeira Gomes possuía uma central de informações, tão precisas e oportunas eram as advertências de que se fazia porta-voz, quer junto do Governo Português, quer junto do Foreign Office.

Já depois de ter feito abortar várias tentativas de compra de navios de guerra por parte dos conspiradores, normalmente com recurso ao Foreign Office e levando na mão o nome do navio, o porto em que se encontrava e, por vezes, o conhecimento da casa encarregada da transacção ⁵⁶, Teixeira Gomes, recebendo, em 4 de Setembro de 1911, informações de Lisboa que asseguravam uma iminente entrada em Portugal de conspiradores vindos da Galiza, notícia com surpreendente pormenor, em 13 do mesmo mês, que os comandantes da conspiração estão deveras descontentes com a pouca actividade de Paiva Couceiro ⁵⁷.

Ainda passados dois dias, a 15 de Setembro, Teixeira Gomes, através de um seu agente, informa o dia da incursão — 25 de Setembro —, assim como os locais de concentração em território espanhol: Orense, Tui, Santiago e Salamanca⁵⁸. Adiada esta, Teixeira Gomes pôde ainda alertar, em 4 de Outubro, talvez já não a tempo, embora o sistema Marconi tivesse sido estabelecido no princípio de Agosto, «como desejava a Inglaterra»⁵⁹, que se dava como certa a entrada de Paiva Couceiro em Portugal com 4000 homens⁶⁰. Acrescentando, com vaga ironia, que se queda entre o humor e o pragmatismo do seu espírito de negociante, que as firmas comerciais da City tinham uma posição favorável à República⁶¹. Contudo, a 6 de Outubro, apesar da evidência dos factos, quando a Reuter dá a notícia da entrada do corpo de conspiradores na fronteira próximo de Bragança, Teixeira Gomes informa em telegrama: «Desmenti logo», o que constitui, ao que julgamos, uma das poucas precipitações do ministro português em Londres⁶².

O rescaldo desta primeira incursão couceirista iria prolongar-se até Novembro, após o que a questão esmoreceu, mantendo-se contudo latente. Ressurge em Abril de 1912, em officios demonstrativos de novas preocupações do Governo Português. Confirmando este a possibilidade de nova incursão dos conspiradores, auxiliados por navios que se dirigiriam sobretudo ao Porto e tendo como comandante da esquadra Azevedo Coutinho⁶³, Teixeira Gomes reinicia as diligências junto do Foreign Office, no sentido de o Governo Inglês intervir junto da Espanha para que esta impeça as manobras conspirativas contra a República. O Governo Inglês recusa-se a intervir, argumentando que o caso deve ser tratado entre o Governo Português e o Governo Espanhol, através de notas «insistentes, justificadas e enérgicas»⁶⁴. Aliás, essa questão era de tal forma considerada no âmbito dos dois governos peninsulares que o Governo Inglês recusara intervir quando o Governo Espanhol pedira os «bons officios do Governo Inglês (e esta informação era dada confidencialmente!) para impedir ou sustar a propaganda republicana de portugueses em Espanha»⁶⁵. Ultrapassada, contudo, a segunda incursão, em Julho de 1912, o tempo parecia consolidar as instituições republicanas.

A ideia monárquica, desacreditada pelo longo fracasso da sua existência e pela memória viva do seu apodrecimento, não se mostrava capaz de vingar pela afirmativa, pela luta, pela recuperação dos seus valores expulsos. As incursões foram tentativas que tiveram um sabor a farsa, quedando-se entre dois receios: o de não mais voltar e o de ter de voltar. Mudou de estratégia por isso a reacção monárquica. Aniquilada na sua capacidade de disputar activamente o poder que perdera, a Monarquia estudou, com a astúcia de velha raposa, outras formas de regressar. E Teixeira Gomes, também astuto, descobre, algo desalentado, a tática, inteligente e difícil de contrariar, do inimigo. Em 3 de Outubro de 1912 tem oportunidade de lançar o primeiro aviso:

[...] por informações colhidas em várias fontes cheguei à certeza de que as esperanças de restauração renasceram no espírito dos monárquicos, os quais contam com as dissensões dos grupos políticos de que se compõe o Parlamento português e o inevitável descontentamento que essas dissensões criarão no público, para renovar as tentativas de aliciamento tanto nos elementos militares como civis⁶⁶.

Em 2 de Janeiro de 1913, como que num balanço do ano anterior, Teixeira Gomes renova as suas preocupações: as esperanças que os monárquicos alimentam baseiam-se «na falta de entendimento entre os vários partidos republicanos que aspiram ao poder, provocando assim a instabilidade dos ministérios e dificultando a sequência na execução de qualquer plano político e económico»⁶⁷.

Depois deixa arrastar-se de novo pela luta contra a conspiração concreta, traduzida na compra e transporte de armamento e munições, na movimentação

dos mais importantes agentes realistas e na forma como a imprensa inglesa trata a situação em Portugal e aproveita os mais pequenos incidentes para demonstrar a sua nunca sarada irritação contra o novo regime português.

É que o campo essencial da luta deixara de ser a Espanha ou a Inglaterra, os navios, o armamento ou a angariação de fundos. O campo passara-se para o interior, desenvolvendo-se em dois círculos privilegiados da reacção — as zonas rurais e a área do poder. Teixeira Gomes, consciente embora da situação, estava demasiado longe para se aperceber completamente do perigo que ela representava. Ir-se-ia manter longamente mergulhado em campos de luta que mexiam mais com a sua sensibilidade — a questão colonial e o problema das campanhas de opinião desencadeadas em Inglaterra a favor dos presos políticos portugueses e contra a escravatura praticada nas colónias portuguesas.

2. Embora sendo indubitável que a preocupação dominante de Teixeira Gomes se prendeu, durante os primeiros tempos da sua permanência em Londres, com a consolidação das instituições republicanas e, portanto, com a luta contra os conspiradores monárquicos, é igualmente fora de dúvida que um assunto houve que constantemente surge como inquietante para o espírito do representante português — a política colonial.

A estratégia das potências europeias confrontava-se com as limitações dos recursos de cada uma. Cada vez mais o desenvolvimento do capitalismo necessitava de áreas de expansão, que só eram possíveis nas zonas periféricas da própria Europa ou nos territórios coloniais. A Alemanha, porque historicamente não tivera acesso à posse desses territórios, necessitava mais do que qualquer outra nação de uma solução urgente para a sua capacidade expansiva. O seu potencial não poderia deter-se perante meras formulações de carácter histórico, jurídico ou político. A tensão europeia fazia adivinhar perturbações a breve prazo.

Teixeira Gomes não tinha dúvidas acerca das dificuldades que se aproximavam. Na sua análise, a hipótese mais provável respeitava à eventual partilha dos territórios coloniais portugueses pelas potências europeias — e em especial pela Alemanha —, por forma a aplacar a gula expansionista de Berlim. E isto, Teixeira Gomes sabia-o, estava a negociar-se entre essas potências, especialmente entre a Inglaterra e a Alemanha ⁶⁸.

Por isso, o seu esforço de pesquisa se dirigia para a obtenção de informações que lhe possibilitassem compreender a estratégia que estava delineada.

A primeira questão que lhe surge é uma campanha organizada por um movimento antiesclavagista, do qual Teixeira Gomes, embora intuitivamente lhe dedicasse cuidados especiais, apenas compreenderia o significado quando pôde ligá-lo à existência de negociações secretas entre a Inglaterra e a Alemanha. De facto, em Maio de 1911, o representante português, a propósito da questão antiesclavagista, informa que tem «já um considerável *dossier* de documentos que a ele se referem, não perdendo ocasião alguma de interrogar quaisquer individualidades que se encontrem ligadas a esse movimento, habilitando-me para, em qualquer lance, encetar uma campanha de ataque contra os que falsamente deprimem os sentimentos humanitários dos Portugueses ou simplesmente rebater as suas acusações» ⁶⁹.

Mas, enquanto o problema do escravagismo parecia ainda de menor importância, um outro dominava as atenções de Teixeira Gomes. Na verdade, apesar das repetidas afirmações de credenciados representantes ingleses aos seus insistentes pedidos de esclarecimento, ia-se visivelmente «acentuando a ideia de que não poderá haver harmonia perfeita entre as duas grandes potências enquanto a Inglaterra não *entregar* à Alemanha a melhor parte, se não a totalidade, das nossas possessões na África continental» ⁷⁰. Isto tornava-se publicamente claro quando um jornal alemão, o *Morgen Post*, publicava, em 4 de Dezembro de 1911, um artigo mostrando a conveniência de a Alemanha exigir parte das coló-

nias portuguesas como compensação da sua abstenção nos negócios da Pérsia, que Teixeira Gomes comenta da seguinte forma:

Esta notícia espalhada pela *Central News* terá grande retumbância em Inglaterra, onde parte da opinião se vai declarando favorável a um acordo com a Alemanha, à custa das colónias portuguesas ⁷¹.

E, contudo, havia uma face dramática da questão colonial para um país como Portugal, impossibilitado de, por si só, se opor aos interesses das grandes potências. A resposta de Teixeira Gomes a uma questão do seu ministro dos Negócios Estrangeiros é extremamente elucidativa:

Tomo a liberdade de observar a V. Ex.^a que não seria possível quando mesmo esta Legação dispusesse de capitais importantíssimos e pudesse influir directamente nos personagens políticos, quase todos membros da Câmara dos Pares, que dispõem dos jornais ingleses, não seria possível empreender uma campanha jornalística eficaz para preparar a opinião pública no que diz respeito à possibilidade de a Inglaterra obter ou não vantagens da Alemanha a troco da cedência das colónias portuguesas, sem previamente interessar nessa campanha um ou dois grandes partidos que disputam o poder. Ora isto é absolutamente inexequível pela razão óbvia de que nenhum desses partidos quereria tomar compromissos num assunto de cuja resolução pode depender a paz universal ⁷².

As perspectivas portuguesas iriam agravar-se quando Teixeira Gomes, em finais de 1912, se apercebe, através de alguns artigos publicados no jornal *Spectator*, que há intenção de ligar a propaganda antiesclavagista com o acordo anglo-alemão, por forma que ambas as questões «se reforcem mutuamente, a fim de acelerar a nossa ruína colonial». E Teixeira Gomes acrescenta:

Informações de origem diversa, mas segura, confirmam-me a realidade desses intuitos, não me restando actualmente dúvida de que se fazem preparativos para uma campanha formidável destinada a convencer o povo inglês de que nas colónias portuguesas existe a escravatura, incitando-o ao mesmo tempo a que se manifeste contra a aliança anglo-portuguesa, a pretexto de que para a Inglaterra constitui uma vergonha manter uma aliança com países onde se exerce aquele abominável comércio ⁷³.

A estratégia das grandes potências apresentava-se clara ao representante português. A hipótese de resolver o conflito latente à custa de Portugal tomava vulto e a conjuntura parecia confirmar uma credibilidade cada vez maior da via mais desfavorável a Portugal. Realmente, na opinião de Teixeira Gomes, «os horrores da guerra dos Balcãs [...] sugerem na opinião inglesa a necessidade de os evitar no que respeita a uma possível guerra com a Alemanha, e a ideia de que a partilha das colónias portuguesas aprasará ou evitará o conflito pode tomar vulto no público inglês, acarretando-nos toda a classe de dificuldades e dissabores» ⁷⁴. Não seria necessário muito tempo para que o plano geral parecesse ainda mais claro, já que tudo induzia Teixeira Gomes a pensar que a campanha antiesclavagista era auxiliada pela Alemanha. Efectivamente, «as informações particulares por mim colhidas em diversas fontes, tudo corrobora a minha desconfiança de que a Alemanha auxilia, se é que não dirige e subsidia essa campanha». E acrescenta, procurando enquadrar esta questão no quadro mais amplo da atitude alemã:

A Alemanha é hoje a nação que maiores somas depende não só na espionagem militar, como nos trabalhos de sapa que facilitam a sua acção diplo-

mática, não sendo portanto de estranhar que [...] não hesite em gastar quanto seja necessário para conseguir que nos vibrem um golpe decisivo, como seria a denúncia do nosso tratado de aliança com a Inglaterra. Este é indubitavelmente o seu objectivo ⁷⁵.

Perante o iminente agravamento da situação, Teixeira Gomes apresenta, no alvorecer do ano de 1913, um plano de oposição às manobras alemãs, que, só por si, denuncia as bases de um projecto político e económico, jamais conseguido, da burguesia portuguesa. Dele constam as seguintes medidas concretas:

- 1.º Organização da nossa administração colonial, devendo os funcionários a cujo cargo ela incumbe ter a necessária competência intelectual e moral;
- 2.º Assegurar as garantias devidas, conforme os tratados, aos negociantes estrangeiros que negociam nas nossas colónias;
- 3.º Extinção de quaisquer actos que possam induzir à suspeita de que nas nossas colónias se exerce o tráfico de escravatura;
- 4.º Activa defesa em Inglaterra contra a campanha e acusações dos «chocolateiros» ⁷⁶;
- 5.º Conclusão do Tratado de Comércio Anglo-Português;
- 6.º Organização de um plano económico e financeiro, tanto para a metrópole como para as colónias, que, aceite por todos os partidos, não corra o risco de gorar pelo facto de haver mudanças ministeriais;
- 7.º Organização e desenvolvimento do Exército Português, cujo plano possa realizar-se progressivamente, também ao longo das crises ministeriais.

Subsidiariamente, a constituição da Câmara de Comércio Anglo-Portuguesa, de modo a ter condições de vida, e a reorganização da Legação de Portugal em Londres, pondo-a em termos de poder atender com proveito às múltiplas questões que ela deve tratar ⁷⁷.

3. A dependência de Portugal não poderia evidentemente solucionar-se através do projecto republicano. A situação, herdada da longa mediocridade política da dinastia de Bragança, prolongou-se para o pós-5 de Outubro e a República não conseguiu desembaraçar-se do essencial dessa dependência.

Os vaivéns de Teixeira Gomes entre a Legação de Portugal e o Foreign Office, excelentemente retratados na correspondência oficial do nosso representante, têm também o mérito de nos transmitir um quadro bem expressivo do tipo de relações que foi necessário manter (ou mesmo incrementar) com o Governo Inglês.

Reportando-nos apenas ao período em análise — Abril de 1911 a Julho de 1914 —, e sem qualquer pretensão de sermos exaustivos, pudemos retirar da correspondência oficial de Teixeira Gomes um significativo número de atitudes políticas do Governo Português demonstrativas da clara dependência que mantivemos relativamente à Inglaterra, à sombra de uma aliança centenária que bem raramente funcionou a favor de Portugal.

É assim possível surpreender cerca de duas dezenas de pedidos de interferência junto de outros governos feitos por Portugal ao Governo Inglês. Mais de metade respeita a interferências junto do Governo Espanhol, quase sempre a propósito dos problemas levantados pela presença de conspiradores monár-

quicos na fronteira da Galiza (embora mereçam destaque outros casos, como, por exemplo, a questão das ilhas Selvagens)⁷⁸. Mas encontram-se neste rol igualmente pedidos de interferência junto dos Governos Alemão — fronteira de Angola —, Holandês — problemas em Timor — e Chinês — problemas em Macau.

Foi possível também isolar vinte e três casos de pedidos de apoio, que se estendem desde o político ao diplomático e ao militar. Apoio diplomático em Madrid, no Japão, na Itália e na China; apoio político no problema da divisão das colônias portuguesas (assunto em que, paradoxalmente, a Inglaterra era parte interessada) e na visita, nunca conseguida, de navios de guerra ingleses a Lisboa. Apoio militar na formação de técnicos navais, no estudo por militares portugueses de certos esquemas da defesa de costa em Inglaterra, no conhecimento da forma de contabilidade dos arsenais ingleses e mesmo no fornecimento de um modelo de «mochila cirúrgica», que aliás custou perto de onze libras. Estas informações militares, quando eram fornecidas pelo Governo Inglês, traziam sempre um aviso de confidencialidade e uma inocente advertência de abertura de exceção relativamente ao pedido do Governo Português.

Mas é ainda mais extenso o número de pedidos de informações sobre procedimentos do Governo ou da Administração inglesa ou mesmo da própria sociedade — uso de hábitos talares em Inglaterra, organização da Cruz Vermelha e da Polícia de Londres, condições financeiras e técnicas da instalação do sistema radiotelegráfico, lista das mercadorias com isenção, funcionamento das minas de carvão e do cerimonial de Estado.

Detenhamo-nos contudo num caso exemplar — o do reconhecimento da República — e concluamos que a paciência política pode atingir certos limites, especialmente quando as condicionantes se apresentam exageradamente influentes.

4. Tratava-se pois de conseguir o reconhecimento da República pelas potências europeias, e em especial pela Inglaterra, monarquia que todas as outras reconheciam com primazia nos assuntos portugueses. Contudo, as «altas esferas de influência», como as costumava apelidar T. Gomes, nunca se haviam mostrado osso fácil de roer pela nável diplomacia portuguesa. Enquanto a República patenteia, debaixo dum nervosismo crescente, a necessidade, a urgência, o dever do reconhecimento, a Inglaterra, vagarosa, exasperante e calculista, promete e adia, condiciona e joga.

Arrastam-se as negociações, justifica a Inglaterra a sua demora, põe condições e marca prazos diversos, numa espécie de jogo de polícias e ladrões, em que sempre ganham os polícias.

Em 10 de Maio de 1911, Langley⁷⁹, subsecretário de Estado do Foreign Office, promete o reconhecimento imediatamente após as eleições⁸⁰, para logo em 26 adiantar que tal será impossível antes da eleição do chefe de Estado⁸¹, já que só este pode aceitar credenciais. Mas em 31 torna-se necessário que a Constituinte reconheça o actual governo⁸²! A paciência diplomática de T. Gomes continua intocável; a paciência política de Bernardino Machado é que está por um fio.

Mas o Foreign Office reserva mais surpresas. Em 24 de Junho alude «ocasionalmente» à questão da indemnização dos bens das igrejas inglesas e à necessidade de proceder ao reconhecimento da República por acordo com outras potências europeias⁸³. Finalmente, sem máscara, põe novos dados na mesa: a questão das igrejas é condicionante do reconhecimento⁸⁴.

Por isso, a 17 de Julho, Bernardino Machado define a posição portuguesa: «[...] reconhecimento quando quiserem.»⁸⁵ Posição a que as prementes necessidades da política bem depressa vão retirar significado.

Em 15 de Agosto, o Governo Inglês apresenta o último «pedido» para modificação do regulamento da questão das igrejas, exactamente para ser alterada a segunda parte do artigo 3.º, referente ao registo das igrejas ⁸⁶. Assente a modificação e aceite o texto do regulamento, o reconhecimento tornou-se iminente. Veio a ocorrer em 11 de Setembro. Foi, apesar de tudo, uma difícil vitória da diplomacia portuguesa ⁸⁷.

5. Finalizamos com um episódio que caracteriza, de forma exemplar, a natureza das relações estabelecidas entre Portugal e a Inglaterra. Os actos políticos demonstrativos do apoio inglês às instituições portuguesas, tradutores da efectiva vigência da velha Aliança Luso-Britânica, revestiam-se permanentemente de grande significado para o Governo Português, que, através deles, podia demonstrar a sua estabilidade e o seu crédito.

A visita de um vaso de guerra inglês ao porto de Lisboa foi meta diplomática de muitas horas de conversação entre Teixeira Gomes e vários funcionários do Foreign Office, incluindo o próprio ministro, Sir Edward Grey ⁸⁸.

Após a segunda incursão no Norte de Portugal, em Julho de 1912, a Espanha faz deslocar a Cascais, em atitude classificada de provocação evidente, uma pequena esquadra — «três fracos contratorpedeiros», como os classifica com disfarçado temor Augusto de Vasconcelos, ministro dos Negócios Estrangeiros. Por isso o Governo Português pede encarecidamente à Inglaterra que mande alguns vasos de guerra a Lisboa, em ofício de 15 de Julho, e a Inglaterra, quatro dias depois, nos aconselha a que não consideremos provocação a presença dos contratorpedeiros em Cascais, pois tal é a posição do Governo Inglês ⁹⁰. Aceitámos, e só em 9 de Setembro, quando os fracos contratorpedeiros haviam já deixado em sossego o mar de Cascais, renovamos o insistente pedido ⁹¹; mas apenas em 30 de Setembro do ano seguinte se atreve Teixeira Gomes a dizer que as conversações para a visita de navios de guerra ingleses a Lisboa estão bem encaminhadas ⁹². A 16 de Outubro de 1913, Teixeira Gomes pode informar que o cruzador *Active* visitará Lisboa, relatando em pormenor os meandros das «altas esferas influentes» que acederam finalmente a este acto de tão grande significado ⁹³. Porém, dez dias depois, as mesmas esferas, sempre atentas aos pretextos, sempre inclinadas a jogar o seu peso, aparentemente contrário à manifesta boa-vontade do Governo Inglês, faziam recuar ao ponto zero todo o esgotante processo de conversações — a visita do *Active* foi cancelada ⁹⁴.

Por essa altura, Sir A. Hardinge, ministro inglês em Lisboa, fora já transferido para Madrid ⁹⁵. Um seu relatório, redigido em termos vigorosos contra a visita do *Active*, constituiu a base da mudança de atitude do Governo Inglês, que, note-se, interrompeu a viagem do navio quando este seguia já a caminho de Lisboa.

Segue-se a este incidente uma intensa troca de notas entre Teixeira Gomes e Afonso Costa, interinamente acumulando os Negócios Estrangeiros com a presidência do Ministério. A opinião de Teixeira Gomes é que só Sir Hardinge pode desfazer a má impressão que os seus relatórios causaram através de uma rectificação que devia ser negociada em Lisboa, já que o novo ministro inglês não se atreveria a desdizer, de ânimo leve e em curto prazo, as opiniões do seu antecessor. Afonso Costa aceitou a sugestão e tentou conseguir uma forma satisfatória para ambas as partes. Mas tão resistente se mostrou o ministro inglês, de tal modo tentou deixar tudo na mesma através de dúbias promessas que bem demonstraram a sua má-fé, que Afonso Costa, num desabafo que a política da paciência não deveria permitir, mas que a paciência da política nem sempre consegue sustentar, telegrafia a Teixeira Gomes: «Com este ministro da Inglaterra nada mais tratarei.» ⁹⁶

Mas de tal modo o incidente ficou latejando entre os dois países, que o primeiro navio de guerra inglês só viria a Lisboa já após o início da primeira guerra mundial.

¹ Curso Ciências Políticas e Administrativas na Bélgica.

No período em análise, Luís de Soveral, depois marquês de Soveral, foi enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Legação em Londres desde 1 de Janeiro de 1900 até 5 de Outubro de 1910.

No período citado assinou 363 ofícios redigidos durante os 2186 dias em que se manteve directamente em Londres assinando o expediente da Legação.

Adido à Legação de Viena de Austria (1873); segundo-secretário da Legação de Berlim (1874); primeiro-secretário em Madrid (1881), em Roma (1884), em Londres (1884); ministro plenipotenciário em Londres (1891); ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (20 de Setembro de 1895-7 de Fevereiro de 1897) no 1.º Governo de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro; enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Londres (18 de Fevereiro de 1897); embaixador, com plenos poderes, na II Conferência da Paz, em Haia, de 13 de Junho a 18 de Outubro de 1906; exonerado, a seu pedido, do cargo que exercia em Londres, por Decreto de 27 de Outubro de 1910.

Elevado ao pariato, por Carta Régia de 20 de Fevereiro de 1898 (rei D. Carlos), foi agraciado com o título de marquês por Carta Régia de 20 de Fevereiro de 1901 (rei D. Carlos). Era filho de Luís Eduardo Pinto de Soveral, único visconde de São Luís, por decreto do rei D. Luís (1877), que seguiu a carreira diplomática, tendo sido ministro plenipotenciário em Constantinopla.

Era ainda sobrinho de Luís Augusto Pinto de Soveral, único visconde de Soveral, que também seguiu a carreira diplomática, onde atingiu o posto de ministro plenipotenciário.

O título foi-lhe concedido em 1865 pelo rei D. Luís.

Bibliografia: Archer de Lima, *O Marquês de Soveral e o Seu Tempo*, Porto, 1923.

² Assinou a correspondência da Legação de Londres no período de 3 de Agosto a 27 de Novembro de 1900 (51 ofícios). Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra.

Adido à Legação de Paris, a servir na Legação de Londres (1886), segundo-secretário da Legação do Rio de Janeiro (1891), secretário particular do ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Luís de Soveral, no 1.º Governo de Ernesto Hintze Ribeiro, primeiro-secretário na Legação de Londres (1896), enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Sampetersburgo (1901). Exonerado, a seu pedido, depois da proclamação da República.

³ Habilitado com o Curso Superior de Letras.

Assinou a correspondência da Legação de Londres durante o período em que o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário Luís Augusto Pinto de Soveral — depois marquês de Soveral — se ausentava da capital britânica (nos 1333 dias em que geriu interinamente a Legação — desde a sua chegada a Londres, em 1900, até 5 de Outubro de 1910 — assinou 456 ofícios).

Amanuense na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (1885), segundo-oficial da Direcção Política do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1885), serve no Gabinete do Ministério Henrique de Barros Gomes — da presidência de Ernesto Hintze Ribeiro — nos anos de 1887-89; em 1891 colabora com o ministro José Barbosa du Bocage na elaboração do Livro Branco, coadjuva o conselheiro Pedro de Carvalho — ajudante do procurador-geral da Coroa — nos trabalhos sobre a questão dos Caminhos-de-Ferro de Lourenço Marques, sujeita à arbitragem do Governo da Confederação Suíça (1891), faz parte da comissão encarregada de preparar os trabalhos para a arbitragem de Manica e delimitação franco-portuguesa no Congo (1895); chefe de secção (1897), em comissão confidencial em Madrid (1898), primeiro-secretário, interino, na Legação de Londres (1900), primeiro-secretário, efectivo, na Legação de Londres (1901), encarregado de Negócios na Legação de Londres entre 5 de Outubro de 1910 e 8 de Abril de 1911 (são da sua responsabilidade 68 ofícios até 31 de Dezembro de 1910 e 121 até 8 de Abril de 1911, data em que Manuel Teixeira Gomes toma posse do seu cargo de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Londres). Louvado pelo seu desempenho como encarregado de Negócios (13 de Abril de 1911), chefe da Repartição de Expediente e do Arquivo do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros (1912). Faleceu a 22 de Maio de 1915.

Publicou em 1909 (Tipografia da Livraria Férrin, Lisboa) *Portugal e a Inglaterra — Londres e os Seus Monumentos*, conferência lida em sessão especial da Sociedade de Geografia de Lisboa, de que era sócio.

Na correspondência de Manuel Teixeira Gomes encontram-se referências a Jerónimo da Câmara Manuel, nem sempre coincidentes:

1 — «Devo dizer-lhe que estou satisfeito com os meus secretários da Legação. O Câmara Manuel é um solteirão habituado à repartição e que dá muito boa conta do seu recado e o Ferreira de Almeida talvez um pouco socanra e, posso afirmar-lhe, ambos se me têm mostrado colaboradores leais.» Carta para João Chagas, Londres, 20 de Abril de 1911 (Manuel Teixeira Gomes, *Correspondência I — Cartas para Políticos e Diplomatas*, Lisboa, Portugalíia Editora, 1.ª ed., 1960, pp. 20-21).

2 — «Mas, meu caro Amigo, isto é de tal maneira trabalhoso — tomado a sério, bem entendido — que receio muito não poder com a carga. E note que o Câmara Manuel é um excelente funcio-

nário, zeloso, trabalhador e expedito [...]» Carta para João Chagas, Londres, 5 de Maio de 1911 (id., *ibid.*, pp. 25-26).

- 3 — «Câmara Manuel: Agradeço-lhe; mas já sei que o não terei aqui antes do fim do mês, pois ele tem de aproveitar a volta por um vapor da mesma companhia que o levou. Eu podia e devia instar para que viesse sem demora por terra, mas não me atrevo com pena do pobre homem, que há tanto tempo não ia a Portugal e que, tendo lá ido agora para sofrer um vexame, precisa refazer-se com alguns dias de família.» Carta para João Chagas, Londres, 9 de Setembro de 1911 (id., *ibid.*, p. 65).
- 4 — «Do meu lado, para me auxiliar, estava o pessoal da Legação, composto exclusivamente do primeiro-secretário, bom rapaz, que servira com o Soveral quinze anos, e um adido extraordinário, desvairado pela febre donjuanesca e peralvilha, que também com ele servira e a ele se referia como um papua ao seu ídolo preferido. Era ainda no tempo em que conhecer uma duquesa dava posição na sociedade: o primeiro-secretário frequentava a casa de uma, várias vezes divorciada e já sem cotação; o adido diligenciava conhecer outra menos desacreditada, para pôr o secretário de 'cara à banda'. E não pensavam em mais nada. A ouvi-los eu estava irremediavelmente perdido se, nas pisadas do meu antecessor, me não relacionasse também com algumas. A organização da chancelaria era sumária, primitiva: nem processos organizados, nem índices de correspondência, nada. Tudo se encontrava na cabeça do primeiro-secretário, que, verdadeiramente, a tinha de fenomenais dimensões e conformada de modo a sugerir a ideia de uma superfetação monstruosa: duas cabeças numa só. Quando, porém, corria urgência ou necessidade de alguma informação, verificava-se invariavelmente que aquele monumento craniano nada continha das suas paredes colossais [...]» Carta a João de Barros — com alguns dados autobiográficos —, Tunes, 20 de Abril de 1927 (Manuel Teixeira Gomes, *Miscelânea*, Lisboa, Portugal Editora, 2.^a ed., 1959, p. 106).

⁴ Formado em Medicina pela Escola do Funchal.

Assinou a correspondência da Legação de Londres de 30 de Março a 29 de Abril de 1903, num total de 10 officios.

Adido de legação extraordinário (1901); adido à Legação de Portugal em Londres (1902).

Adido à Legação de Portugal em Roma (1906); terceiro-secretário na mesma Legação (1911); segundo-secretário, ainda em Roma (1912); segundo-secretário na Legação de Pequim (1914); cônsul de 2.^a classe em São Francisco da Califórnia (1919); segundo-secretário em Berlim (1920); primeiro-secretário, ainda em Berlim (1922); neste mesmo ano recebe o título e honra de conselheiro de legação; primeiro-secretário na Legação de Varsóvia (1925) e logo de seguida é colocado na disponibilidade (1925); cônsul em Tânger (1926); colocado na Direcção-Geral do Gabinete do Ministro António Maria Bettencourt Rodrigues (1927); colocado coadjuvando o chefe de protocolo da Presidência da República — António Oscar de Fragoso Carmona — (1927); primeiro-secretário na Legação de Madrid (1927).

⁵ Assinou a correspondência da Legação de Londres de 12 a 25 de Agosto de 1904 (13 officios).

Adido à Legação de Berna (1890), segundo-secretário em Berna (1901), em Viena (1901), em Londres (1902), em Viena (1904), em Sampetersburgo (1905), novamente em Viena de Áustria (1905); em missão especial em Bucareste (1906). O *Anuário Diplomático e Consular do Ministério dos Negócios Estrangeiros* para o período de 1910-13 indica o seu falecimento.

⁶ Offício n.º 85, de 22 de Outubro de 1907, p. 193. (As páginas indicadas referem-se ao livro 1, livro em que se contém toda a correspondência deste 1.º período.)

⁷ Offícios n.ºs 19, 34 e 36, de 30 de Abril, 30 de Junho e 10 de Julho de 1902.

Ganguela: região da República Popular de Angola e que tem como limites os rios Cubango e Cuanza (cabeceiras) a sul do Bié e a leste de Caconda.

⁸ Corrupção da palavra inglesa *boor*, nome aplicado aos descendentes dos huguenotes e holandeses estabelecidos nas regiões do Transval e Orange.

⁹ Território de África, na região do Zambeze, limitado a sul e a sueste pelo mesmo rio e a norte pelo seu afluente da margem esquerda, o Cabompo.

A ocupação deste território tinha sido acordada entre Portugal e a Grã-Bretanha pelo tratado de 11 de Junho de 1891. Tendo surgido divergências, foi o litígio submetido à arbitragem do rei de Itália, que deu a sentença a 30 de Maio de 1905, delimitando as zonas portuguesas e inglesas.

¹⁰ «[...] um processo pacífico para resolver os diferendos. É uma prática muito antiga que se encontra em todas as sociedades e que remonta à antiguidade [...] A arbitragem internacional tem por objecto a regularização dos litígios entre os Estados por juizes da sua escolha e na base do respeito do direito.» (Philippe Chapal, *L'Arbitrabilité des Différends Internationaux*, Paris, ed. A. Pedoul, 1967.)

¹¹ Demarcação de fronteiras:

1900 — officios n.ºs 20, 21, 71, 79, de 19 de Junho, 19 de Junho, 15 de Novembro e 12 de Dezembro.

- 1901 — ofícios n.ºs 12, 33, 34, 37 e 52, de 12 de Março, 5 e 27 de Julho, 14 de Agosto e 25 de Novembro.
 1902 — ofícios n.ºs 12, 22 e 35, de 26 de Março, 8 de Maio e 1 de Julho.
 1903 — ofícios n.ºs 13, 17, 58, 68 e 78, de 9 e 23 de Março, 19 de Setembro, 28 de Outubro e 29 de Dezembro.
 1904 — ofícios n.ºs 6 e 35, de 4 de Fevereiro e 20 de Abril.
 1905 — ofício n.º 86, de 23 de Dezembro.
 1906 — ofícios n.ºs 10, 22, 27 e 38, de 23 de Fevereiro, 28 de Abril, 25 de Maio e 28 de Agosto.
 1907 — ofícios n.ºs 5, 15, 43, 86, 90 e 93, de 28 de Janeiro, 19 de Março, 10 de Julho e 6, 25 e 29 de Novembro.
 1908 — ofícios n.ºs 2, 55, 56, 71, 72, 74, 78, de 7 de Janeiro, 29 de Junho, 29 de Junho, 22 e 26 de Outubro e 2 e 27 de Novembro.
 1909 — ofícios n.ºs 1, 24, 34, 35, 40 e 97, de 9 de Janeiro, 3 de Maio, 29 de Junho, 15 de Julho, 7 de Agosto e 3 de Dezembro.
 1910 — ofícios n.ºs 20 e 55, de 25 de Abril e 13 de Setembro.

¹² Guerra entre a Grã-Bretanha e as Repúblicas de Orange e do Transval (1899-1902):

- 1900 — ofícios n.ºs 33, 44, 46, 47 e 55, de 14 de Agosto e 23, 25 e 27 de Setembro.
 1901 — ofícios n.ºs 18, 40, 54 e 56, de 20 de Abril, 6 de Setembro e 2 e 6 de Dezembro.
 1902 — ofícios n.ºs 3, 5, 14, 16, 25 e 29, de 5 e 12 de Fevereiro, 14 e 23 de Abril, 17 de Maio e 3 de Junho.

¹³ Ofício n.º 75, de 27 de Novembro de 1900.

¹⁴ Ofício n.º 9, de 6 de Março de 1901.

¹⁵ Ofício n.º 26, de 29 de Abril de 1901.

¹⁶ Ofício n.º 66, de 1 de Novembro de 1905, e ofício n.º 26, de 24 de Maio de 1906.

¹⁷ Ofícios n.ºs 10, 12, 60 e 78, de 4 e 11 de Março, 30 de Outubro e 23 de Novembro de 1905, n.º 37, de 28 de Agosto de 1906, etc.

¹⁸ Ofícios n.ºs 41, 42 e 43, de 8, 9 e 15 de Setembro de 1905.

¹⁹ Ofício n.º 14, de 30 de Março de 1904.

²⁰ Ofícios n.ºs 36 e 51, de 27 de Abril e 20 de Maio de 1904, e n.º 44, de 18 de Outubro de 1906.

²¹ Ofício n.º 2, de 27 de Janeiro de 1904.

²² Ofícios n.º 32, de 21 de Julho de 1906, n.ºs 16 e 19, de 3 e 12 de Março de 1909, e n.º 46, de 27 de Agosto de 1910.

²³ Ofício n.º 63, de 22 de Setembro de 1909. A obra em causa, *The Slaving of Today*, é da autoria de Charles Swan.

²⁴ Ofício n.º 83, de 9 de Setembro de 1904.

²⁵ Ofícios n.º 33, de 16 de Abril de 1904, n.ºs 8, 16, 32, 41 e 45, de 9 de Fevereiro, 22 de Março, 21 de Julho, 3 de Outubro e 2 de Novembro de 1906, n.ºs 71 e 85, de 6 de Setembro e 22 de Outubro de 1907, n.º 4, de 11 de Janeiro de 1908, n.ºs 16, 19, 70, 76 e 80, de 3 e 12 de Março, 3 de Setembro e 2 e 7 de Outubro de 1909, n.ºs 5, 9, 17, 35 e 46, de 24 de Janeiro, 26 de Fevereiro, 5 de Abril, 2 de Julho e 27 de Agosto de 1910.

Por parecer de interesse o conhecimento da posição do Governo Inglês perante o Governo Português, transcreve-se o ofício n.º 2, de 17 de Janeiro de 1907:

Para o conselheiro Luís de Magalhães:

Aproveito a ocasião da partida para Lisboa do conselheiro desta Legação Sr. Câmara Manuel para requerer a V. Ex.^a, por via segura, o relatório que me foi confiado, do Sr. Nigshugate, cônsul de Inglaterra no Congo e que visitou a ilha de S. Tomé em missão confidencial do Governo Inglês. Como V. Ex.^a verá pela carta de Sir Edward Grey, este documento é absolutamente secreto e o fim da sua comunicação tem só por objecto mostrar a perfeita correcção e lealdade com que este Governo deseja proceder connosco.

Deus guarde a V. Ex.^a (a) *Marquês de Soveral*.

²⁶ Frederico Guilherme Vitor Alberto, imperador da Alemanha e rei da Prússia, Guilherme III, desde 1888 até ao final da primeira guerra mundial, em 1918, era filho do imperador Frederico III e de sua mulher, a imperatriz Vitória, princesa real inglesa, como filha mais velha da rainha Vitória.

²⁷ Ofício n.º 41, de 2 de Maio de 1904.

²⁸ Ofícios n.ºs 40 e 65, de 24 de Julho e 16 de Outubro de 1903, n.ºs 8, 69 e 70, de 15 de Fevereiro e 12 e 13 de Agosto de 1904, n.º 17, de 14 de Abril de 1905, n.º 33, de 24 de Julho de 1906, etc.

²⁹ Ofícios n.º 60, de 22 de Outubro de 1900, n.ºs 30 e 53, de 14 de Maio e 25 de Novembro de 1901, n.ºs 9 e 10, de 18 e 21 de Março de 1902, n.º 46, de 11 de Maio de 1904, etc.

³⁰ Ofícios n.º 63, de 2 de Novembro de 1900, n.ºs 62 e 63, de 6 e 14 de Outubro de 1903, etc.

³¹ Ofícios n.º 30, de 14 de Maio de 1901 (sobre a China), n.º 10, de 21 de Março de 1902 (sobre a China), n.º 66, de 27 de Outubro de 1903 (onde se chama a atenção das potências signatárias do Tratado de Berlim para o mau tratamento infligido aos indígenas e a existência de monopólios no Estado Livre do Congo), n.ºs 28 (sobre a administração do Egipto e Sudão), 46 (relativo ao Tibete), 61 (concessões feitas no East Africa Syndicate) e 67 (sobre a situação e administração do Egipto), de 14 de Abril, 11 de Maio, 12 de Julho e 12 de Agosto de 1904, etc.

³² Ofícios n.º 60 (acordo anglo-alemão sobre a China), de 22 de Outubro de 1900, n.º 9 (protocolo assinado em Pequim a 7 de Setembro de 1901), de 18 de Março de 1902, n.º 64 (acordo arbitral anglo-francês), de 15 de Outubro de 1903, n.º 23 (respeitante ao acordo anglo-francês para resolução dos diferendos na Terra Nova, África ocidental — Gâmbia —, Sião, Novas Hébridas, Marrocos e Egipto), de 11 de Abril de 1904, n.º 35 (envio a Lisboa dos textos impressos dos tratados de arbitragem entre a Grã-Bretanha e Portugal, Alemanha, Austria-Hungria, França, Espanha, Holanda, Itália, Suécia, Noruega e Suíça), de 11 de Agosto de 1905, n.º 41 (comentando a não inclusão da Espanha no acordo anglo-francês citado no ofício n.º 23), de 2 de Maio de 1904, n.º 48 (Tratado Anglo-Japonês), de 28 de Setembro de 1905, n.º 100 (inclui as notas trocadas entre o MNE e o FO sobre a renovação, por mais 5 anos, do tratado de arbitragem entre os dois países), de 15 de Dezembro de 1909, etc.

³³ 1900 — ofícios n.ºs 45, 53, 56, 61, 67 e 73, de 24 de Setembro, 10, 11 e 25 de Outubro e 10 e 16 de Novembro.

1901 — ofício n.º 28, de 14 de Maio.

1902 — ofícios n.ºs 23 e 50, de 8 e 16 de Maio.

1903 — ofício n.º 65, de 16 de Outubro.

1904 — ofício n.º 44, de 7 de Maio.

1905 — ofício n.º 23, de 12 de Maio.

1906 — ofícios n.ºs 6, 7 e 33, de 5 e 8 de Fevereiro e 24 de Julho, etc.

³⁴ Ofício n.º 6, de 5 de Fevereiro de 1906.

³⁵ Ofício n.º 74, de 17 de Agosto de 1904.

A czarina Alexandra Feodorovna, nascida Alix de Hesse, era, por sua mãe, Alice, neta da rainha Vitória e sobrinha do rei Eduardo VII, da Grã-Bretanha. Casada com Nicolau II, o último Romanof reinante na Rússia, que era, por sua mãe, a imperatriz Maria Feodorovna, nascida princesa Dagmar da Dinamarca, sobrinho da rainha Alexandra, consorte de Eduardo VII, da Grã-Bretanha.

Assim, o casal imperial russo era duplamente sobrinho do casal reinante no Reino Unido.

³⁶ Pequena cidade localizada na Boémia célebre, nos finais do século passado e nos primeiros anos do século xx, pela qualidade das suas águas termais. Era frequentada pela alta aristocracia do sangue, do dinheiro e da política de então.

Actualmente pertence à Checoslováquia e chama-se Mariánske-Lazne.

³⁷ Pequena cidade famosa pelas mesmas razões que tornaram célebre Marienbad. Pertenceu ao Império Austro-Húngaro até ao desmembramento deste. Actualmente chama-se Karlovy Vary e pertence igualmente à Checoslováquia.

³⁸ O marquês de Soveral anota na correspondência oficial da Legação que se desloca em férias a Karlsbad de 18 de Agosto a 9 de Outubro de 1891, fazendo igual referência para a sua deslocação a Marienbad no período compreendido entre 12 de Agosto e 9 de Outubro de 1908.

³⁹ 1900 — ofícios n.ºs 28 e 29, de 7 e 8 de Agosto.

1901 — ofício n.º 29, de 14 de Maio.

1905 — ofício n.º 81, de 6 de Dezembro.

⁴⁰ Ofício n.º 29, de 14 de Maio de 1901.

⁴¹ Ofício n.º 4, de 3 de Maio de 1904, capeando um recorte do *The Liverpool Daily Courier* onde se estabelece um paralelo entre o tacto político do rei Eduardo VII, da Grã-Bretanha, e seu sobrinho o imperador Guilherme III, da Alemanha.

⁴² Ofício n.º 48, de 28 de Setembro de 1900.

Os reis de Portugal, Carlos de Bragança e Maria Amélia de Orléans, tinham ambos nascido a 28 de Setembro. O rei em 1863 e a rainha em 1865.

⁴³ Ofício n.º 2, de 17 de Janeiro de 1905, capeando um recorte do *Sun* que veiculava o boato do enlace do herdeiro da Coroa portuguesa com uma das filhas do duque de Connaught, Artur, terceiro filho da rainha Vitória.

⁴⁴ Falecimento da rainha Vitória: ofícios n.ºs 4, 7, 10 e 11, de 3 e 23 de Fevereiro e 6 de Março de 1901. Falecimento de Eduardo VII: ofícios n.ºs 21, 24, 28, 29 e 32, de 11 e 19 de Maio e 7 e 22 de Junho.

Falecimento do príncipe Vítor de Schleswig-Holstein: ofício n.º 69, de 13 de Novembro de 1900.

⁴⁵ Ofícios n.ºs 10, 11, 13, 18, 20, 21, 22 e 23, de 4, 11 e 25 de Fevereiro e 3, 7, 11 e 24 de Março de 1908.

⁴⁶ Ofício n.º 39, de 7 de Setembro de 1906 e respeitante à notificação do casamento de Afonso XIII, rei de Espanha, com Vitória Eugénia de Battenberg, neta, por via materna, da rainha Vitória e sobrinha de Eduardo VII.

⁴⁷ Ver nota 39.

⁴⁸ Ofício n.º 23, de 23 de Abril de 1901, capeando um recorte do *Daily Mail* inserindo correspondência de Lisboa acerca de uma conspiração legitimista no Norte de Portugal.

Ofícios n.ºs 72 e 75, de 30 de Setembro e 2 de Outubro de 1909, respeitantes a notícias inseridas na imprensa britânica e referindo as pretensões do filho do infante D. Miguel, neto de D. Miguel I, ao trono de Portugal.

Ofício n.º 56, de 14 de Setembro de 1910, enviando a Lisboa recortes do *Morning Leader* e *Daily News* onde se refere que, devido à «agitação política em Portugal, alguns membros do Parlamento estão em negociações para a restauração do ramo miguelista no trono português».

⁴⁹ Conforme *Anuário do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1900*.

⁵⁰ Id., *ibid.*

⁵¹ Ofício n.º 15, de 17 de Abril de 1902.

⁵² Referências:

Ao movimento republicano:

Ofícios n.º 51, de 26 de Maio de 1904, e n.º 60, de 22 de Agosto de 1907.

Ofícios n.ºs 48, 50, 51 e 52, de 31 de Agosto e 1, 5 e 6 de Setembro de 1910.

À Maçonaria:

Ofícios n.ºs 56, 78 e 82, de 15 de Setembro e 6 e 10 de Outubro de 1909.

Ofício n.º 48, de 31 de Agosto de 1910.

⁵³ Ofício n.º 8, de 13 de Março de 1902 – Envio a Lisboa do *Board of Education – Special Report on Educational Subjects*.

Ofício n.º 75, de 17 de Agosto de 1904 – Pedido a Londres de «informações relativas ao estabelecimento das missões religiosas estrangeiras nas colónias inglesas».

Ofício n.º 5, de 31 de Janeiro de 1905 – Envio a Lisboa, «como solicitado», das informações pedidas sobre disposições que regulam neste país o luto por falecimento de pessoas reais.

Ofício n.º 19, de 28 de Abril de 1905 – Envio a Lisboa de publicações fornecidas pelo Board of Education.

Ofício n.º 1, de 8 de Janeiro de 1907 – Envio a Lisboa do «livro contendo o modelo e descrições das viaturas em uso no exército britânico».

Ofício n.º 13, de 2 de Março de 1907 – Envio a Lisboa de relatórios pedidos sobre educação e ensino.

Ofício n.º 16, de 21 de Março de 1907 – Envio a Lisboa do «regulamento respeitante à importação de objectos para uso das missões nesta corte».

Ofício n.º 22, de 26 de Abril de 1907 – Envio a Lisboa, «a pedido do nosso governo», de uma caixa com revólver usado pelo exército britânico. Etc.

⁵⁴ Ofício n.º 88, de 14 de Novembro de 1910:

Ao Dr. Bernardino Machado:

Tenho a honra de chamar a atenção de V. Ex.^a para a inclusa correspondência de Madrid, publicada no *Observer* de ontem, sobre uma possível reacção monárquica em Portugal. Esta notícia, cuja origem procura sempre exagerar os factos e as coisas do nosso país, é demasiado conhecida aqui, não se lhe ligando por aquele facto a menor importância. (a) *J. da Câmara Manuel*.

Ofício n.º 95, de 19 de Novembro de 1910:

Ao Dr. Bernardino Machado:

Reservado: Tenho a honra de chamar a especial atenção de V. Ex.^a para o incluso recorte do *Standard* de 17 do corrente, contendo uma correspondência de Lisboa sobre a actual situação política interna de Portugal em que se vê claramente que o correspondente do referido jornal, ao contrário dos outros colegas nessa cidade, procura deturpar os factos, apresentando-os sob o ponto de vista pouco imparcial. Ignoro quem seja este correspondente e difícil seria conhecer aqui o seu nome; contudo, estou persuadido que ele não é de nacionalidade inglesa, reconhecendo-se no fundo a intenção de architectar contra V. Ex.^a uma intriga, método que repugnaria a um inglês empregar. (a) *J. da Câmara Manuel*.

⁵⁵ Nasceu em Vila Nova de Portimão, a 27 de Maio de 1860, sendo filho de José Libânio Gomes e de Maria da Glória Teixeira Gomes. O pai, proprietário e comerciante exportador de frutos secos, republicano de velha data, fora educado em França e exercera o cargo de cônsul da Bélgica no Algarve.

Manuel Teixeira Gomes frequentou, em Coimbra, o seminário para obter o curso liceal, que lhe daria acesso a um cargo superior.

Matricula-se na Universidade para fazer os preparatórios, mas sem aproveitamento.

Aos 17 anos radica-se em Lisboa, convivendo com homens de letras. Vive depois no Porto, onde se relaciona com Sampaio Bruno, Soares dos Reis, Marques de Oliveira (que lhe pintará o retrato, hoje no Museu de Soares dos Reis, do Porto) e Basílio Teles. É no Porto que inicia a sua colaboração em jornais e revistas: *Gil Vicente*, *Primeiro de Janeiro* e *Folha Nova*.

Regressado a Portimão, para colaborar com o seu pai, faz longas viagens pela Europa do mar do Norte e pelas margens mediterrânicas. Fala diversas línguas, cultiva o seu gosto pela arte, de que se torna um coleccionador, e desenvolve os seus contactos com homens de letras e com os próceres do republicanismo, com quem mantém uma epistolografia contínua.

Por Decreto de 23 de Março de 1911 foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Londres.

A 8 de Abril de 1911, pelo ofício n.º 122 do livro de correspondência da Legação de Portugal em Londres (arquivo do MNE, liv. 1, p. 368), comunica ter assumido as funções de chefe da Legação.

A 11 de Outubro de 1911 consegue, finalmente, apresentar as suas credenciais ao rei Jorge V.

A 7 de Janeiro de 1918, por portaria do Governo sidonista, é mandado ausentar-se do seu posto para conferenciar com o Governo.

A 25 de Janeiro de 1918 é demitido, por decreto, do cargo que ocupa.

A 11 de Fevereiro de 1919 é nomeado ministro plenipotenciário e enviado extraordinário a Madrid.

A 7 de Abril de 1919 é considerado diplomata de carreira.

A 24 de Abril é transferido da Legação de Madrid para a de Londres.

Eleito presidente da República, em 5 de Agosto de 1923, pelo Congresso.

A 6 de Outubro de 1923 presta juramento como presidente da República, mantendo em funções o Ministério da presidência de António Maria da Silva.

Durante a sua presidência (6 de Outubro de 1923 a 11 de Dezembro de 1925) ocuparam a presidência do Conselho de Ministros:

De 15 de Novembro a 18 de Dezembro de 1923, António Ginestal Machado.

De 18 de Dezembro de 1923 a 6 de Julho de 1924, António Xavier de Castro.

De 6 de Julho a 23 de Novembro de 1924, António Rodrigues Gaspar.

De 23 de Novembro de 1924 a 15 de Fevereiro de 1925, José Domingues dos Santos.

De 15 de Fevereiro a 1 de Julho de 1925, Vitorino de Carvalho Guimarães.

De 1 de Julho a 1 de Agosto de 1925, António Maria da Silva.

De 1 de Agosto a 17 de Dezembro de 1925, Domingos Leite Pereira.

Por mais de uma vez pensou, ao longo do seu mandato, renunciar ao cargo, desanimado com as dissensões e a inconciliação entre os partidos republicanos.

Apesar de todos os seus esforços, da sua capacidade diplomática e do seu patriotismo, e ainda porque, como presidente da República, se exigia a si próprio que em nada ultrapassasse a Constituição, renuncia a 11 de Dezembro de 1925.

A 17 de Dezembro de 1925 abandona Portugal a bordo do cargueiro holandês *Zeus*.

Viaja pela Europa e pelo Norte de África, especialmente ao longo do Mediterrâneo, e em 1931 radica-se na Argélia, então francesa.

De Bougie (Hôtel de L'Étoile, quarto n.º 13) envia colaboração para a *Seara Nova* e *O Diabo*. Publica algumas obras literárias e intensifica o seu cordão umbilical a Portugal através de correspondência com amigos.

Morre a 18 de Outubro de 1941 e é sepultado no cemitério da vila.

A 18 de Outubro de 1950, autorizada pelo Governo Português a sua transladação, o contratorpeideiro *Dão*, trazendo a bordo os seus restos mortais, entra a barra de Portimão.

A cerimónia teve grande emoção e constituiu ainda uma manifestação de fé e esperança na República.

A correspondência oficial de Teixeira Gomes, desde que assumiu a chefia da Legação de Portugal em Londres, em 8 de Abril de 1911, até 29 de Dezembro de 1914, encontra-se manuscrita em dois livros de correspondência pertencentes ao arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O primeiro livro, iniciado em 11 de Janeiro de 1900, contém a correspondência oficial da Legação até 8 de Abril de 1912; o segundo continua a correspondência até 29 de Dezembro de 1914, altura em que o seu registo é interrompido.

⁵⁶ A compra de navios por parte da conspiração é um dos assuntos que maior vigilância merece a Teixeira Gomes. A primeira notícia concreta refere-se à possibilidade da compra de dois cruzadores em Inglaterra, onde era fácil conseguir a respectiva guarnição, em 3 de Julho de 1911. Depois, até 31 de Julho de 1914, nada menos de 40 ofícios se ocupam desta questão, acabando sempre por se malograrem as tentativas dos conspiradores.

⁵⁷ A título de exemplo, refira-se que, a 29 de Agosto de 1911, Teixeira Gomes envia a Bernardino Machado um recorte do *The Daily Express* em que se declara que o navio de Erith *Foam Queen*, aprisionado pelo Governo Inglês, estava sob a vigilância da Legação portuguesa desde o começo de Agosto. E Teixeira Gomes acrescenta:

Era meu desejo, embora o exacto conhecimento do que se passou só pudesse reverter em meu louvor, não tornar pública a minha intervenção, mas o *The Daily Express* recebeu de Lisboa um telegrama de alguém que deve estar bem informado do que se sabe no Ministério dos Estrangeiros, pondo-o ao corrente da situação, o que pôs cobro à minha reserva. [Ofício n.º 277, de 29 de Agosto de 1911, liv. I, p. 469.]

⁵⁸ O ofício n.º 304, de 13 de Setembro de 1911 (liv. I, p. 486), acrescenta ainda que os conspiradores tinham intenção de «instar com D. Amélia e o marquês de Soveral para influírem da melhor forma que puderem, a fim de evitar que o Governo Inglês mostre ao Governo Espanhol a necessidade de se opor às manobras dos conspiradores na Galiza».

⁵⁹ Estas informações foram obtidas por um agente que propositadamente fora enviado de Lisboa e que se apresentara na Legação portuguesa em 17 de Agosto de 1911, chamado Manuel Lourenço Godinho. A conversa foi ouvida quando Mário Chagas falava com um português desconhecido.

⁶⁰ É extremamente elucidativa a inclusão desta intenção no texto de um telegrama que, aparentemente, nada tem a ver com o assunto, telegrama enviado de Lisboa e recebido por Teixeira Gomes a 5 de Agosto de 1911:

Representantes estrangeiros aceitam última fórmula igrejas apenas modificada redacção; será feita a este respeito troca notas. Pensamos estabelecer telegrafia sem fios sistema Marconi como deseja esse Governo. Não se fez ainda porque não quero se interprete como serviço para conseguir reconhecimento. Tenho exprimido corpo diplomático que hoje sensibilidade moral público republicano não aceita outra política internacional que não seja de perfeita hombridade.

Tal assunto completa-se através de novo telegrama, de 17 de Agosto:

Pode V. Ex.^a comunicar officiosa reservadamente que sistema adoptado telegrafia sem fios foi Marconi.

⁶¹ Esta notícia é incluída na sequência de um pequeno relatório sobre o comportamento da imprensa inglesa relativamente à «tentativa de levantamento realista», como a apelida João Chagas num telegrama para Teixeira Gomes, ocorrida no Porto em 29 de Setembro e que levava à efectivação de «numerosas prisões de clericais e reaccionários da classe civil». A imprensa inglesa, que não dispensara grande atenção à tentativa revolucionária do Porto, reagiu de imediato a «um telegrama de Santiago de Compostela dando notícia de que um jornal daquela cidade, o *Eco de Santiago*, dera como certa a entrada em Portugal do Couceiro com 4000 homens», e tanto bastou «para que a reportagem dos jornais ‘noticeiros’ se alvorçasse e especulasse sobre a possibilidade daquela entrada, e de outras notícias de igual jaez vindas de diversos pontos de Espanha [...]» (ofício n.º 329, de 4 Setembro de 1911, liv. I, pp. 502-503).

⁶² Telegrama transcrito no ofício referido na nota anterior:

Morning Post dando conta da impressão causada na City entre numerosas firmas comerciais que têm negócios com Portugal assegura que elas estão indignadas com falsas notícias transmitidas via Espanha constatando aumento transacções com Portugal confiando futuro República e eficácia medidas tomadas pelo Governo Português.

⁶³ Teixeira Gomes informa ainda que naturalmente se apressou a «desmentir esses rumores, aproveitando a ocasião para mostrar à Agência Reuter que a censura telegráfica em Portugal, ao contrário do que os conspiradores afirmam, é tão pouco exigente que deixa passar telegramas desse teor».

⁶⁴ João de Azevedo Coutinho (1865-1944), oficial da Armada e herói das campanhas de Moçambique nos acontecimentos que precederam o Ultimato. No 5 de Outubro mostrou-se irresoluto, mas veio a pertencer aos conspiradores monárquicos e aos dirigentes restauracionistas de 1919.

⁶⁵ Ofício n.º 107, de 22 de Abril de 1912 (liv. II, p. 6).

⁶⁶ Id.

⁶⁷ No mesmo ofício — n.º 217, de 3 de Outubro de 1912 (liv. II, p. 64) —, Teixeira Gomes acrescenta que «o manifesto publicado ultimamente no *Gaulois* e que foi, por assim dizer, ‘imposto’ a D. Manuel por um grupo de ‘marechais’ realistas que mostraram ao pretendente cartas de vários pontos do País assegurando que, aberto o Parlamento, a concentração dos actuais grupos políticos se desfaria, facilitando aos monárquicos o ensejo de renovar as desordens internas, esse manifesto vem confirmar as minhas informações particulares [...]».

⁶⁸ Ofício n.º 3, de 2 de Janeiro de 1913, liv. II, pp. 101-103.

⁶⁹ Um dos assuntos que maior importância assumem na correspondência de Teixeira Gomes respeita ao tratado secreto assinado pela Inglaterra e a Alemanha em 1898. A primeira referência data de 12 de Agosto de 1911, através do ofício n.º 251, a propósito de um artigo publicado no jornal *The Star* (4.ª edição) do dia anterior. No seu comentário ao respectivo recorte enviado para Lisboa afirma Teixeira Gomes:

Já por mais de uma vez vários jornais de diferentes nacionalidades têm aludido ao suposto convénio, feito em Setembro de 1898 entre a Inglaterra e a Alemanha com respeito às nossas colónias, mas ainda o não fizeram de forma tão categórica, e agora chegam-me rumores de diferentes lados sobre as diligências que a Alemanha emprega para nos levantar dificuldades no Sul de Angola [...]

Existem, até ao início da guerra, 40 ofícios que tratam da questão do Acordo Anglo-Germânico, sendo o último de 23 de Junho de 1914, ofício n.º 117, assinado por Pedro Tovar (Teixeira Gomes regressaria de Portugal apenas no dia seguinte). Nele se resume o ponto da situação com que se entrou na guerra:

Quais são as disposições da Inglaterra em face da actividade dos alemães na África central e na nossa colónia de Angola? [...] A Inglaterra não vê com bons olhos a sua rival germânica tomar-lhe a dianteira na África central e adquirir ali um predomínio incontestável. E não será certamente sem luta que a Inglaterra se sujeitará à posição secundária em que a Alemanha pretende colocá-la nessas regiões [...]

E, após algumas referências ao tratado de 1898, acaba, resumindo:

Para prever qual será o apoio que podemos encontrar por parte da Inglaterra para nos opormos à penetração alemã em Angola, é preciso distinguir entre os territórios que, segundo o tratado de 1898, pertencem à esfera britânica e os que foram atribuídos à Alemanha. Na parte reservada à actividade inglesa parece fora de dúvida que a Inglaterra se oporá resolutamente à infiltração alemã. Quanto à esfera alemã, creio que as nossas tentativas de oposição à penetração germânica encontrariam também um acolhimento simpático no Foreign Office, mas que não podemos esperar por parte do Governo mais do que um apoio discreto e *por detrás do pano*.

Pedro Tovar de Lemos, referido nesta nota, era licenciado em Filosofia e em Letras pela Universidade de Lovaina.

Filho do 1.º conde de Tovar (decreto do rei D. Luís), foi sucessor de seu pai, tal como este seguiu a carreira diplomática que seu pai terminou como embaixador extraordinário no Vaticano (1910). Adido de legação extraordinário em Madrid (1905); colocado na Direcção-Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos do MNE (1907); segundo-secretário, colocado na mesma direcção (1910); segundo-secretário na Legação de Viena de Áustria (1911); primeiro-secretário na Legação de Londres (1912); colocado na disponibilidade por conveniência de serviço (Dezembro de 1919); ingresso no quadro auxiliar, passando a chefiar a secção de arquivo e biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1933); ministro plenipotenciário de 2.ª classe (1934); ministro plenipotenciário de 1.ª classe (1939); ministro de Portugal em Berlim (1941); embaixador extraordinário junto da Santa Sé (1946); secretário-geral do Ministério (1950). Na correspondência de Manuel Teixeira Gomes encontram-se referências a Pedro Tovar:

- 1 — «Entretanto, como no Ministério se presumiu (opinião lisonjeira, mas bem longe da verdade) que eu possuo faculdades sobre-humanas de trabalho, nunca se pensou em prover esta Legação [a Legação de Londres] de pessoal suficiente e nas ocasiões mais apertadas deixam-me completamente só, ou, pior do que isso, acompanhado de quem nenhum auxílio me presta e só serve de entrave (de forma alguma se deve reportar esta observação ao Tovar, modelo de funcionário e de camarada).» (Carta para Gonçalves Teixeira, Londres, 23 de Setembro de 1915.)
- 2 — «Chega-me a notícia de que se maquina o quer que seja contra o Tovar, a propósito da separação dos funcionários; se isso é verdade, espero que o Ministério o defenderá com unhas e dentes. Lembrem-se que ele conta entre os mais prestimosos, inteligentes e leais servidores do Estado.» (Carta para Gonçalves Teixeira, Londres, 24 de Outubro de 1915.)

Ambas estas cartas se encontram em Manuel Teixeira Gomes, *Correspondência II — Cartas para Políticos e Diplomatas*, Lisboa, Portugalíia Editora, 1.ª ed., 1960.

⁷⁰ Ofício n.º 159, de 31 de Maio de 1911, liv. I, p. 383.

⁷¹ Ofício n.º 407, de 29 de Novembro de 1911, liv. I, p. 551.

⁷² Ofício n.º 415, de 4 de Dezembro de 1911, liv. I, pp. 555-556.

⁷³ Ofício n.º 416, de 7 de Dezembro de 1911, liv. I, pp. 556-558.

⁷⁴ Ofício n.º 242, de 19 de Novembro de 1912, liv. II, pp. 74-75.

⁷⁵ Id. Ver, do príncipe Karl Max Lichnowsky (1860-1928), embaixador do Império Alemão em Londres de 1912 a 1914, o texto *My Mission to London, 1912-1914*, Londres, Cassel, 1918.

⁷⁶ Ofício n.º 255, de 3 de Dezembro de 1912, liv. II, pp. 81-83.

⁷⁷ Activos participantes na campanha antiesclavagista. Um interessante conflito entre os chocolateiros ingleses e alemães está documentado num ofício de 6 de Janeiro de 1912 (ofício n.º 6, liv. I, p. 574), assinado por Câmara Manuel:

[...] segundo a opinião da imprensa alemã, o capital inglês está prestes a conquistar «a pérola das colónias portuguesas», isto é, as ilhas de S. Tomé e do Príncipe, roubando desta forma mais um mercado à Alemanha, passando todo o comércio do cacau para as mãos da Inglaterra, obrigando os comerciantes daquele produto e os fabricantes de chocolate a depender do mercado britânico [...]

⁷⁸ Ofício n.º 3, de 2 de Janeiro de 1913, liv. II, pp. 101-103.

⁷⁹ A atitude da Inglaterra na questão das ilhas Selvagens contrasta significativamente com a sua passividade perante os insistentes pedidos de interferência junto do Governo Espanhol que Portugal lhe apresenta por causa dos problemas dos conspiradores. Na verdade, apenas em 15 dias a situação evolui desde a nossa apresentação, ao Governo Inglês, do problema que resultava da pretensão da Espanha à posse das ilhas Selvagens (15 de Outubro de 1911), passando pela disposição do Governo Inglês de se informar (26 de Outubro), até ao nosso agradecimento ao Foreign Office pela disposição demonstrada pela Espanha para tratar a questão das ilhas Selvagens nos mais amigáveis termos (31 de Outubro). Uma questão é a natureza dos regimes, outra é a posse, ainda que indirecta, de extensões geográficas, mesmo parecendo de diminuto valor.

⁸⁰ Walter Langley era o subsecretário de Estado do Foreign Office com quem Teixeira Gomes mais frequentemente conferenciava. Veio a ser substituído, em Agosto de 1912, por Eire Crowe, com o qual Teixeira Gomes manteria estreitas relações de amizade.

⁸¹ Ofício n.º 144, de 10 de Maio de 1911, liv. I, pp. 374-375.

⁸² Ofício n.º 154, de 26 de Maio de 1911, liv. I, pp. 380-381.

⁸³ Ofício n.º 159, de 31 de Maio de 1911, liv. I, pp. 382-383.

É interessante frisar que, numa conferência de Teixeira Gomes com Edward Grey, este tivesse afirmado que, se não fora temer «uma interpelação na Câmara dos Comuns sobre o reconhecimento de um governo ainda não constitucionalmente aceite [...] não teria dúvida em fazer esse reconhecimento imediatamente» (id.).

⁸⁴ Ofício n.º 186, de 24 de Junho de 1911, liv. I, pp. 403-405.

⁸⁵ Ofício n.º 198, de 5 de Julho de 1911, liv. I, pp. 416-419, que, pela clareza com que deixa adivinhar a importância do reconhecimento da República e dos entraves que a Inglaterra lhe colocava, se transcreve na íntegra:

Tenho a honra de confirmar a V. Ex.^a o meu telegrama de ontem, como segue:

Venho F. O. onde ainda não chegou informação alguma do representante em Lisboa sobre questão igrejas. Disse-me Subsecretário Langley que Sir Ed. Grey notara que V. Ex.^a não entregou representante Lisboa regulamento prometido no prazo três dias sendo esta a quarta vez que na mesma questão se não cumprem promessas feitas e observando eu que mantido o *statu quo ante* não havia urgência de regulamento replicou que tão-pouco V. Ex.^a mandara nota alguma nesse sentido ao representante inglês. Todas minhas diligências foram baldadas para desfazer má impressão causada pela marcha este negócio e desejando o Governo conservar boas relações com Inglaterra será preciso liquidá-lo claramente.

e acuso recepção ao telegrama de V. Ex.^a de hoje, como segue:

Já disse V. Ex.^a serem falsas arguições subsecretário. Governo nunca fez promessa a que faltasse. Agora mesmo não prometi regulamento em três dias. É igualmente falso. Eu não preciso comunicar encarregado negócios minha declaração pública feita Constituintes. Ele mostrou-se-me em seguida plenamente satisfeito e agradecido. Não sei como tudo aí se transtorna. V. Ex.^a deve rebater tais arguições começando por não acreditar nelas.

ao qual respondi com o seguinte, de hoje, que tenho a honra de confirmar a V. Ex.^a:

Julgo meu dever transmitir F. O. comunicação V. Ex.^a defendendo-as toda energia mas julgo igualmente dever transmitir V. Ex.^a comunicação e impressões colhidas F. O. Não penso que F. O. transtorne coisa alguma pode porém suceder que representante inglês comunique F. O. pensamento V. Ex.^a mal interpretado. A intransigência F. O. na questão

religiosa acentuou-se depois da chegada aqui ministro de Inglaterra o qual até véspera saída Lisboa dirigiu este negócio aconselhando Governo Inglês intransigência absoluta [trata-se de Sir F. Villiers, que em finais de Junho de 1911 regressara a Londres, sendo substituído como representante da Inglaterra em Lisboa por Sir Arthur Henry Hardinge, cuja chegada a Portugal ocorreu após o reconhecimento da República.] Volto hoje F. O. saber se representante inglês fez alguma nova comunicação

e acuso recepção ao telegrama de V. Ex.^a de hoje, como segue:

Queira dizer esse Governo que continuando a não solicitar reconhecimento que virá quando ele entender bem deve observar que se Governo republicano lhe merece confiança haveria vantagem para todos em ele no-lo apressar para assim confirmar a declaração que me fez da aliança entre as duas nações pois neste momento o reconhecimento seria prova que Inglaterra está lado Portugal e teria portanto influência moral para Espanha cumprir como urge seus deveres boa vizinhança deixando de transformar hospitalidade em protecção aos reacçãoários conspiradores contra República e traidores à Pátria.

Confirmo o meu telegrama de hoje, como segue:

Venho F. O. onde subsecretário Estado me transmitiu que Sir Ed. Grey não julga satisfatória forma como tem sido tratada questão igrejas. Insiste em falar no regulamento que afirma ter-lhe sido prometido no prazo de três dias e vai estudar uma nota propondo forma resolver questão e agora recusa formalmente tratar reconhecimento sem primeiro liquidar negócio igrejas.

Como V. Ex.^a verá pelos meus telegramas, a situação continua má, e com tendência para se agravar ainda, e parece-me que o Governo Inglês acabará por exigir uma lei que passe na Câmara, liquidando a questão. Não posso terminar este ofício sem manifestar a V. Ex.^a a surpresa que me causou a frase do seu telegrama que diz: «V. deve rebater tais arguições, começando por não acreditar nelas.» S. e F. Manuel Teixeira Gomes.

⁸⁶ Ofício n.º 256, de 15 de Agosto de 1911, liv. I, pp. 457-459.

⁸⁷ Houve, contudo, algumas sombras nos últimos dias, antes da efectivação do reconhecimento. Na verdade, em 20 de Setembro, através do ofício n.º 316, confidencialíssimo, Teixeira Gomes informa João Chagas, novo presidente do Conselho de Ministros e ministro dos Negócios Estrangeiros, de que, «estando no F. O. em 1 deste mês, no gabinete do subsecretário de Estado, Sr. Langley, em conferência sobre o andamento do reconhecimento da República Portuguesa pelo Governo Britânico, e referindo-me à permanência do Dr. Bernardino Machado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, mostrou a esse respeito o Sr. Langley grande surpresa por julgar que o Dr. Machado já dera a sua demissão, e, como fosse buscando no *dossier* que tinha sobre a secretária alguns elementos de informação requeridos pela nossa conversa, entendeu dever comunicar-me um telegrama dirigido em 29 de Agosto pelo encarregado de Negócios de Inglaterra em Lisboa, Sr. Gaisford, a Sir Edward Grey, no qual se dizia pouco mais ou menos que o Dr. Bernardino Machado pedia o favor de adiar o reconhecimento da República caso S. Ex.^a o não pudesse fazer no prazo de dois dias, tempo máximo que julgava conservar-se no Ministério, pois que o reconhecimento feito logo em seguida colocá-lo-ia muito mal perante a opinião. Devo observar a V. Ex.^a que foi grande o sobressalto que este telegrama me causou, por ignorar até que ponto Sir Edward Grey o atenderia e considerar prejudicialíssimo para Portugal qualquer adiamento, mas já tive ocasião de verificar que Sir Edward Grey não tomou em consideração semelhante pedido, ao qual no F. O. deram um sentido nada lisonjeiro para o meu antigo chefe, o que, como V. Ex.^a compreenderá, deveras me penalizou. S. e F. Manuel Teixeira Gomes».

Porém, quando Bernardino Machado regressar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, irá pedir, em 8 de Abril de 1914, o envio de todos os ofícios trocados entre a Legação Portuguesa em Londres e João Chagas sobre o reconhecimento da República. Insistirá três vezes na urgência deste pedido, até que os ofícios lhe são remetidos. Teixeira Gomes estivera, contudo, em Lisboa e, após o seu regresso, informava, em 3 de Julho de 1914, que, em conferência com o subsecretário de Estado Sir Walter Langley, «ficou entendido que o incidente Gaisford será de futuro considerado como resultante de um mal-entendido».

⁸⁸ Edward Grey (1862-1933) aceitou relutantemente, persuadido por Asquith, líder do Partido Liberal, a pasta dos Estrangeiros em 1905. Viria a ser substituído por Lloyd George em 1916, podendo dizer que ocupou o lugar pelo mais longo período consecutivo da história inglesa. Passou à Câmara dos Lordes como visconde Grey of Fallodon.

⁸⁹ Ofício n.º 161, de 15 de Julho de 1912, liv. II, pp. 37-39.

Na larga conferência que Teixeira Gomes teve com Sir W. Langley a este propósito, o subsecretário inglês disse que, naquele momento, «em que começam as grandes manobras navais inglesas, a

deslocação de navios para Lisboa daria lugar a comentários ruidosos, não correspondendo tal manifestação de força à importância dos três contratorpedeiros espanhóis, que se pode considerar nula».

⁹⁰ Ofício n.º 164, de 19 de Julho de 1912, liv. II, pp. 39-41.

⁹¹ Ofício n.º 198, de 9 de Setembro de 1912, liv. II, pp. 55-56.

⁹² Ofício n.º 193, de 30 de Setembro de 1913, liv. II, pp. 210-211.

Na oportunidade faz Teixeira Gomes o seguinte comentário:

Não foi esta a primeira vez, como V. Ex.^a sabe, que eu solicitei do F. O. a visita de navios de guerra ingleses ao porto de Lisboa e, conquanto encontrasse sempre Sir Edward Grey disposto a dar-nos satisfação, tal era a oposição que o projecto encontrava em «certas esferas de influência», onde se considerava a sua realização um passo decisivo para o estreitamento das relações luso-inglesas e um facto de grande repercussão nas chancelarias europeias, especializando a Espanha, tal era essa oposição que se moviam e empregavam todos os meios a fim de a evitar.

Desta vez, perante as minhas instâncias e os meus argumentos, Sir Edward Grey decidiu entender-se com o Sr. Asquith, presidente do Ministério, e conjuntamente resolveram trabalhar para que proximamente o meu pedido fosse satisfeito e, segundo informação particular e confidencial, tenho razões para esperar que o facto se realize, conquanto não possa ainda assegurá-lo a V. Ex.^a

⁹³ Ofício n.º 204, de 16 de Outubro de 1913, liv. II, pp. 216-217.

Relata Teixeira Gomes a última novidade das suas diligências:

A notícia foi-me comunicada verbalmente pelo subsecretário de Estado, Sir Eyre Crowe, de quem recebi muito confidencialmente a seguinte informação:

Nas mesmas «altas esferas» de influência, a que aludi no meu ofício confidencial n.º 193, de 30 de Setembro último, onde tanta e tão intransigente oposição se tem feito à ida a Lisboa de um navio de guerra inglês, e das quais ainda desta vez tão difícil foi obter a aprovação ou consentimento para que se desse satisfação ao meu pedido, exigiu-se que a visita do navio de guerra não coincidisse com a celebração de alguma festa republicana em Lisboa, tendo o F. O. perguntado já à sua Legação se o dia 29 oferecia esse «perigo». Como não me conste que nessa data se comemore em Lisboa qualquer facto ligado à história das actuais instituições, suponho que, salvo acontecimento imprevisto, a ida do cruzador *Active* se realizará.

⁹⁴ Ofício n.º 213, de 26 de Outubro de 1913, liv. II, pp. 224-225.

⁹⁵ Durante o período considerado houve três ministros ingleses em Lisboa: Sir F. Villiers, que regressou a Londres em finais de Junho de 1911; Sir A. Hardinge, que permaneceu em Lisboa de Outubro de 1911 a Outubro de 1913, e Lancelot Douglas Carnegie, que chegou a Lisboa em Novembro de 1913.

⁹⁶ Ofício n.º 220, de 1 de Novembro de 1913, liv. II, pp. 236-237.